

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE GESTÃO E ECONOMIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

ROSANA NAKAJUNE DOS SANTOS RODRIGUES

**ANÁLISE EVOLUTIVA DO IDHM DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO
DO SUL:**

UM ESTUDO COMPARATIVO DE 1991 A 2010

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

CURITIBA

2018

ROSANA NAKAJUNE DOS SANTOS RODRIGUES

**ANÁLISE EVOLUTIVA DO IDHM DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO
DO SUL:**

UM ESTUDO COMPARATIVO DE 1991 A 2010

Monografia de Especialização apresentada ao Departamento Acadêmico de Gestão de Economia, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná como requisito parcial para obtenção do título de “Especialista em Gestão Pública Municipal.”

Orientador: Prof. Dr. Thiago Cavalcante Nascimento

CURITIBA

2018



TERMO DE APROVAÇÃO

ANÁLISE EVOLUTIVA DO IDHM DO MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DO SUL: UM ESTUDO
COMPARATIVO DE 1991 a 2010

Por

ROSANA NAKAJUNE DOS SANTOS RODRIGUES

Monografia apresentada às 11:00, do dia 31 de julho de 2018, como requisito parcial para a obtenção do título de especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal 2017, Turma , ofertado na modalidade de Ensino a Distância, pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

Thiago Cavalcante Nascimento
UTFPR - Curitiba
(orientador)

Maria Lucia Figueiredo Gomes de Meza
UTFPR - Curitiba

ANA PAULA MYSZCZUK
UTFPR - Curitiba

Dedico esta Monografia primeiramente a Deus, a minha família, as novas amizades conquistadas, e também a todos com quem compartilhei essa trajetória.

AGRADECIMENTOS

A Deus, familiares e amigos pelo apoio e motivação.

Aos meus pais, sempre presente em minha vida.

Ao meu esposo Ryck e ao meu filho Ryu, por compreender minhas ausências.

Ao José Francisco pela amizade e incentivo.

Aos professores da UTFPR, por nos propor fazer pensar.

Aos tutores da UTFPR, sempre atenciosos.

À turma do curso pelas experiências compartilhadas.

E finalmente, ao querido orientador Thiago que foi fundamental para aprimorar minhas reflexões. Sou-lhe grata pela compreensão, confiança e generosidade.

RESUMO

RODRIGUES, R.N.S. Análise evolutiva do IDHM do município de São Caetano do Sul: um estudo comparativo de 1991 a 2010. 2018. 63 f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018.

O IDHM é o índice que retrata de maneira resumida e inteligível a qualidade de vida de uma população. No entanto, a intenção deste trabalho transpassa a avaliação dos dados matemáticos, servindo também para avaliar a repercussão das políticas públicas no resultado dos índices de desenvolvimento humano municipal. O planejamento de políticas públicas requer diagnosticar a situação sobre o qual pretende atuar. A focalização de políticas públicas resultante desse processo de busca, proporciona aos gestores públicos a percepção da realidade de condições dos municípios em comparação aos demais, permitindo priorizar os investimentos e direcionar os recursos públicos.

Através de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, recorte longitudinal fundamentada em dados secundários, foi possível analisar a interação das variáveis e interpretar os fenômenos ao longo do tempo.

O parâmetro de comparação dos períodos compreendido entre 1991 e 2010 é o município de São Caetano do Sul. Foram analisados os contextos socioeconômicos do município e o impacto das ações práticas pressupostas pelo monitoramento participativo de diversos atores nas políticas públicas locais e a repercussão dessas influências nos resultados dos índices. O estudo apresentou dados do IDHM desenvolvido pela PNUD, o IPEA, a FJP e o IBGE, que auxilia na compreensão das variáveis do índice e permite uma leitura mais lúcida dos dados. Em análise, percebeu-se que os resultados foram crescentes no decorrer do período. A dimensão que mais contribuiu para o IDHM do município foi a renda, seguida de longevidade e de educação.

Palavras-chave: Evolução. Indicadores socioeconômicos. Desenvolvimento. Gestão pública.

ABSTRACT

RODRIGUES, R.N.S. Evolutionary analysis of the IDHM of the municipality of São Caetano do Sul: a comparative study from 1991 to 2010. 2018. 63f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2018

The IDHM is the index that summarizes in a summarized and intelligible way the quality of life of a population. However, the intention of this work transposes the evaluation of the mathematical data, also serving to evaluate the repercussion of the public policies in the result of the municipal human development indices. Public policy planning requires diagnosing the situation you want to act on. The focus of public policies resulting from this search process gives public managers the perception of the reality of municipalities in comparison to the others, allowing prioritization of investments and directing public resources.

Through a qualitative research, of descriptive nature, longitudinal cut based on secondary data, it was possible to analyze the interaction of the variables and to interpret the phenomena over time.

The comparison between the periods between 1991 and 2010 is the municipality of São Caetano do Sul. The socioeconomic contexts of the municipality and the impact of the practical actions presupposed by the participative monitoring of several actors in the local public policies and the repercussion of these influences on the results. The study presented data from the IDHM developed by UNDP, IPEA, FJP and IBGE, which helps in understanding the index variables and allows a more lucid reading of the data. In analysis, it was noticed that the results were increasing during the period. The dimension that most contributed to the IDHM of the municipality was income, followed by longevity and education.

Keywords: Evolution. Socioeconomic indicators. Development. Public administration.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Faixas de IDHM definidas pela FJP e IPEA e validadas pelo PNUD.....	19
--------------------------------------------------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Zoneamento Estratégico de São Caetano do Sul.....	23
Figura 2 – Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas	24
Figura 3 – Mapa da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).....	31

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Brasil: IDHM e seus Subíndices 1991 - 2010	30
Gráfico 2 – Evolução do IDHM do Grande ABC Paulista entre 1991 - 2010	32
Gráfico 3 - Evolução do IDHM – São Caetano do Sul – SP.....	35
Gráfico 4 - Evolução do IDHM de São Caetano do Sul em 1991, 2000 e 2010.....	35
Gráfico 5 – Estrutura Etária da população – São Caetano do Sul	37
Gráfico 6 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – São Caetano do Sul.....	38
Gráfico 7- Distribuição percentual por classes de rendimento mensal de pessoas por domicílios (2010).....	42
Gráfico 8 – Escolaridade da população de 18 anos ou mais – São Caetano do Sul.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Desenvolvimento Humano entre 1991 a 2010.....	30
Tabela 2 – IDHM, Renda, Longevidade e Educação do Grande ABC Paulista entre 1991 e 2010	33
Tabela 3 – IDHM e seus componentes – São Caetano do Sul - SP.....	36
Tabela 4 – Renda, Pobreza e Desigualdade – São Caetano do Sul	41
Tabela 5 – Fluxo escolar por faixa etária – São Caetano do Sul – 1991 a 2010	43

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APL	Arranjo Produtivo Local
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CISE	Centros Integrados de Saúde e Educação da Terceira Idade
CMI	Conselho Municipal do Idoso
COMCIPAS	Conselho Municipal de Cidadania e Participação Social
COMTID	Coordenadoria Municipal da Terceira Idade
EMEF	Escola Municipal de Educação Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMET	Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio Técnico
EMI	Escolas Municipais Integradas de Educação Infantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDHM _E	Índice de Desenvolvimento Humano – Educação
IDHM _L	Índice de Desenvolvimento Humano – Longevidade
IDHM _R	Índice de Desenvolvimento Humano – Renda
ILPI	Instituições de Longa Permanência para Idosos.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
FaUSCS	Fundação de Apoio à Universidade Municipal de São Caetano do Sul
FJP	Fundação João Pinheiro
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Plano Municipal de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEAIS	Secretaria de Assistência e Inclusão Social
SEDETI	Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo, Tecnologia e Inovação
SEEDUC	Secretaria Municipal de Educação
UNIMAIS	Universidade Aberta da Terceira Idade

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	Problemática	12
1.2	Objetivos.....	14
1.3	Justificativa.....	15
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Conceitos de Desenvolvimento Humano, IDH e IDHM.....	17
2.1.1.	Longevidade	19
2.1.2.	Educação.....	20
2.1.3.	Renda.....	21
2.2	Contexto Geográfico.....	21
2.3	Indicadores nas políticas públicas	24
3	METODOLOGIA.....	26
3.1	Caracterização da Pesquisa.....	27
3.2	Procedimentos da Pesquisa.....	28
4	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	29
4.1	Cenário Federativo – IDHM dos municípios brasileiros.....	29
4.2	Cenário Regional – Grande ABC Paulista	31
4.3	Cenário de São Caetano do Sul	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
	REFERÊNCIAS	47
	APÊNDICES	54

1 INTRODUÇÃO

O índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma ferramenta que mede a qualidade de vida em três dimensões: longevidade, renda e educação durante duas décadas da história brasileira.

A mensuração do IDHM obedece a faixas de desenvolvimento que variam a cada relatório, já que dependem dos resultados máximo e mínimo encontrados nos municípios no ano de mensuração, variando entre baixo, médio, alto e muito alto. Baseando-se nos resultados das pesquisas e análises do índice, é possível otimizar a gestão pública em escala municipal para a realização do planejamento e aplicação de políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento local. Neste trabalho é analisado o IDHM do município de São Caetano do Sul, e como os resultados foram melhorados no decorrer dos tempos pela implementação das principais políticas públicas.

O trabalho é composto por cinco capítulos. No capítulo dois será feita uma revisão bibliográfica do Desenvolvimento Humano, IDH e IDHM. O capítulo três dedica-se à metodologia da pesquisa. No capítulo quatro serão analisados e mapeados os indicadores para o município de São Caetano do Sul em determinado espaço de tempo e sua relação com os fatores de desenvolvimento, e serão discutidos os resultados obtidos. Por fim, no capítulo cinco apresenta-se as considerações finais.

1.1 Problemática

A utilização de indicadores sociais no planejamento governamental está relacionada ao aprimoramento do controle social do Estado nas últimas décadas. O reduzido número de dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), facilita a percepção e o entendimento de seu significado a uma diversidade de público, através da construção de modelos visuais que permitem a comparação entre diferentes regiões e determinado espaço e tempo. Este trabalho visa demonstrar a aplicabilidade do IDHM no desempenho do município de São Caetano do Sul no decorrer do espaço-tempo, atrelando os resultados às influências das políticas públicas locais.

Segundo o PNUD¹, o conceito de desenvolvimento humano considera que apenas o crescimento econômico não é suficiente para medir o desenvolvimento de uma nação. Parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso considerar características sociais, culturais e políticas. O IDHM reflete o grau de desenvolvimento humano de um país, região ou localidade. Construído como tentativa de análise do desenvolvimento segundo variáveis, sintetiza a compreensão do tema e amplia e fomenta o debate.

Em 1998, para que se pudesse calcular o IDHM, realizou-se uma parceria entre o PNUD, o IPEA², a FJP³ e o IBGE⁴, adaptando o IDH para o desenvolvimento humano de estados e municípios brasileiros. Nessa perspectiva, o índice vislumbra três características populacionais: longevidade, educação e renda.

Este estudo contempla o panorama da cidade de São Caetano do Sul, que apresentou o melhor IDHM nos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. De acordo com o levantamento da parceria da ONU com o IPEA e a FJP, em censo demográfico de 1991, o município alcançou a primeira colocação no ranking e manteve a posição com média progressiva nos censos posteriores.

Situada no Grande ABC Paulista⁵, São Caetano do Sul se destaca entre os municípios da região. O desafio do início do século XXI para criação de novas alternativas para as cidades alterou o perfil e as características econômicas das cidades.

Mudanças no perfil econômico também podem ser percebidas na cidade de São Caetano, a qual deixou de ser uma cidade com vocação meramente industrial, transformando-se em um município preocupado com a atração de empresas de serviços ou que tenha tecnologia de ponta [...] Atualmente, a cidade de São Caetano

¹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é a agência líder da rede global de desenvolvimento da ONU. Está presente em 166 países.

² Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento. (IPEA, 2018)

³ Fundação João Pinheiro é uma instituição de pesquisa e ensino vinculada à Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais. Criada em 1969, a abrangência de suas atividades alcança estudos para conhecimento da realidade sócio-econômica dos entes e suas regiões. Tem como missão produzir e compartilhar conhecimentos e estatísticas, formar continuamente gestores e induzir políticas públicas. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018)

⁴ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é uma entidade da administração pública federal, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. O IBGE se constitui no principal provedor de dados e informações do País, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal. (IBGE, 2018)

⁵ Formação regional que compreende em sete municípios paulistas: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

do Sul é favorecida pela qualidade do trabalho, pelo maior índice de inclusão digital do país, por grande porcentagem de jovens na faculdade, pelo melhor índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Brasil, por sua política tributária e pela boa perspectiva de carreira profissional (XAVIER et al., 2007. P.107).

É importante destacar que o IDHM médio de São Caetano do Sul no período estudado (1991-2010) cresceu progressivamente. Esses incrementos conjecturaram-se essencialmente em função de dois aspectos principais: i) a estabilidade econômica alcançada na primeira metade da década de 1990; ii) implantação de diversas políticas públicas e sociais, em especial, as implementadas a partir da década de 2000.

Tendo em vista a importância de pesquisas censitárias no desenvolvimento local, a questão proposta é: É possível utilizar os resultados do IDHM como ferramenta na implementação de políticas públicas em um planejamento municipal adequado, visando dessa maneira a melhoria do próprio índice?

Neste município, os elementos que puderam definir o sucesso dos resultados progressivos do índice no período, foram as metas a serem alcançadas pelos seus atores e pelas alocações de recursos e implementação de ações dos gestores públicos para cumprimento dessas metas. Tanto para o governo municipal, quanto para os diversos atores, os orçamentos municipais tornaram-se importantes fatores de gestão de planejamento, na medida em que orientaram e balizaram as ações executivas. Coube a esfera local se organizar para a manutenção de um grau de participação popular na definição de cada um dos orçamentos anuais.

1.2 Objetivos

A partir do exposto, o objetivo central da monografia foi mostrar a convergência entre os dados numéricos dos resultados do IDHM e as ações efetivas de políticas públicas no período entre 1991 e 2010 no município de São Caetano do Sul, demonstrando que através da percepção das deficiências locais, foi possível a tomada de decisões dos gestores públicos mediante implementação de políticas e, em resposta a esse processo, a melhoria do próprio índice.

Como objetivos específicos desta pesquisa, estão:

- i. Verificar a evolução do IDHM de São Caetano do Sul no período de estudo;
- ii. Dentre o universo de análise delimitado no primeiro objetivo específico, investigar qual dimensão foi o principal responsável pelo crescimento do IDHM no período;
- iii. Relatar as principais ações desenvolvidas pelo município, voltadas para melhorias do índice.

Segundo Jannuzzi (2005), a comparabilidade do indicador ao longo do tempo é uma característica desejável, de modo a permitir a inferência de tendências e a avaliar efeitos de eventuais programas sociais implementados.

1.3 Justificativa

Considera-se relevante analisar e caracterizar recortes espaciais⁶ de São Caetano do Sul pelo fato de apresentar-se como o município do Brasil com o melhor posicionamento nos censos demográficos de desenvolvimento humano nas últimas três versões do IDHM.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal apresenta a situação do município de São Caetano do Sul no que diz respeito à educação, longevidade e renda. Assim, a pesquisa pretende analisar e apresentar de forma crítica como os resultados do IDHM podem ser utilizados como ferramenta de gestão pelos gestores municipais para promover o desenvolvimento do município sob sua administração por meio das políticas públicas regionais, uma vez que os índices apontam, de forma detalhada, em quais áreas existe maior deficiência e devem, portanto, receber maior atenção, e quais são as áreas que apresentaram melhor desempenho resultante de investimentos anteriores.

Segundo Torres (2002), o uso de indicadores é de utilidade à gestão pública pois:

Entre outras coisas, as estatísticas constituem instrumento importante para: desenvolver melhor as políticas sociais, permitindo o acompanhamento e a evolução dos processos; aumentar o consenso social sobre as difíceis escolhas diante do sempre presente constrangimento dos recursos; revelar e criar responsabilidades dos diferentes atores envolvidos nesses processos; e incluir na agenda de políticas sociais temas muitas vezes negligenciados no campo de ação de determinada política setorial.

As informações disponibilizadas em tempo ágil e a utilização efetiva dessas informações contribuem para a formulação de um planejamento estratégico público eficaz possibilitando atender às demandas dos cidadãos e dos demais atores regionais.

Segundo Rezende (2005), a informação é um recurso efetivo e inexorável para as prefeituras e municípios, principalmente quando planejada e disponibilizada de forma personalizada, com qualidade inquestionável e preferencialmente antecipada para facilitar as decisões dos gestores locais e também dos munícipes.

⁶ Esta tipologia, além de propiciar maior confiabilidade ao processo analítico, permite comparações temporais, possibilitando, principalmente ao gestor municipal, melhores condições de atendimento no esforço por sustentabilidade do processo de desenvolvimento.

É importante realizar a congruência entre os resultados estatísticos e as aplicações práticas. Através do uso de ferramentas de pesquisas e análises como o IDHM, é possível otimizar a gestão pública, realizando o planejamento em escala municipal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo deste capítulo é explicitar sobre desenvolvimento humano e os indicadores a ele relacionado; e sobre a região estudada e suas políticas públicas locais. Segundo Carley (1985), ao utilizar indicadores devem se considerar os problemas políticos e metodológicos como questões complementares que trazem uma compreensão mais clara e mais ampla daquilo que os indicadores expõem.

2.1 Conceitos de Desenvolvimento Humano, IDH e IDHM

Com o progressivo desgaste da utilização do PIB *per capita* como único indicador de bem-estar de uma população, através da constatação de que o crescimento econômico, não provocava, por si só, uma evolução no nível de qualidade de vida da população, levou à busca de novas informações e indicadores que fossem capazes de melhor refletir as condições de vida. (GUIMARÃES; JANUZZI, 2004).

O conceito de Desenvolvimento Humano foi apresentado em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD, idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, e com a colaboração do economista Amartya Sen⁷. O enfoque era substituir a visão tradicional de desenvolvimento, que o identifica ao crescimento da renda e da produtividade, por uma abordagem mais abrangente. De acordo com o Atlas Brasil (2013):

Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e às oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter. O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial.

A construção do IDH⁸ utiliza três subíndices, cada qual com valores entre 0 e 1, dos quais se extrai uma média aritmética. Os subíndices são: longevidade, educação e renda, tendo-se estabelecido a seguinte metodologia para cada indicador:

$$I_{x,j,t} = y_{x,j,t} - LI_x$$

⁷ Sen, Amartya. Prêmio Nobel de Economia de 1998, colaborador do PNUD na construção do Paradigma do Desenvolvimento humano. Em parceria com Mahbub ul Haq, criou o Índice de Desenvolvimento humano (IDH), que tem sido utilizado desde 1993 pela Organização das Nações Unidas no Relatório de Desenvolvimento Humano, publicado anualmente.

⁸ Construção do IDH apresentada por: Jorge, M. A. et al. Cálculo e Implementação do IDGM – Índice de Desenvolvimento da Gestão Municipal: no município de Itabaiana/SE. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 34, p. 9-34, jan./jun. 2010

$$\frac{LS_x - LI_x}{3}$$

onde:

$I_{x,j,t}$ = índice do indicador x da unidade geográfica j no tempo t ;

$y_{x,j,t}$ = indicador x da unidade geográfica j no tempo t ;

LI_x = limite inferior do indicador x ; e

LS_x = limite superior do indicador x .

O cálculo do IDH é representado pela média aritmética dos três índices, tal que:

$$IDH = \frac{IDH_L + IDH_E + IDH_R}{3}$$

Considera-se um país com alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) quando oferece as condições necessárias para que todos os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e tenham garantidos os direitos plenos da cidadania.

Em 1998, o Brasil adaptou e calculou um IDH subnacional através do IPEA e a Fundação João Pinheiro, com base nos censos do IBGE.

A versão brasileira adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil é uma plataforma de consulta ao IDHM, adaptando o IDH com os dados dos Censos Demográficos de 5.565 municípios brasileiros, 27 Unidades da Federação (UF), 21 Regiões Metropolitanas (RM) que apresenta, além do IDHM, outros indicadores de demografia, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. A relevância do Atlas nos municípios vem justamente da capacidade de fornecer informações sobre a unidade político-administrativa mais próxima do cotidiano dos cidadãos: o município. É uma ferramenta que oferece um panorama do desenvolvimento humano e da desigualdade interna, portanto, permite conhecer as desigualdades a nível intramunicipal. (ATLAS BRASIL, 2013)

Nessa perspectiva, o *ranking* do IDHM é mais adequado para avaliar as condições de núcleos sociais menores, e, portanto, vem se tornando uma poderosa ferramenta para a formulação e execução de políticas públicas e privadas.

Para aferir o nível de desenvolvimento humano de municípios são medidos os mesmos fenômenos utilizados no IDH⁹. Há duas únicas alterações que dizem respeito ao IDHM: além

⁹ JORGE, M. A. et al. Cálculo e Implementação do IDGM – Índice de Desenvolvimento da Gestão Municipal: no município de Itabaiana/SE. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 34, p. 9-34, jan./jun. 2010.

da taxa de alfabetização utiliza-se o número médio de anos de estudo (em vez da taxa combinada de matrícula), e ao IDHM_R, expresso pela renda domiciliar *per capita*.

No Quadro 1 apresenta-se a escala do IDHM utilizada no Atlas Brasil:

Quadro 1 – Faixas de IDHM definidas pela FJP e IPEA e validadas pelo PNUD

Faixa	Classificação
IDHM entre 0 – 0,499	Muito Baixo Desenvolvimento Humano
IDHM entre 0,500 – 0,599	Baixo Desenvolvimento Humano
IDHM entre 0,600 – 0,699	Médio Desenvolvimento Humano
IDHM entre 0,700 – 0,799	Alto Desenvolvimento Humano
IDHM entre 0,800 - 1	Muito Alto Desenvolvimento Humano

Fonte: Adaptado de Atlas Brasil (2013)

Trata-se de uma medida de 0 a 1 em que, quanto mais próximo do máximo, significa maior desenvolvimento humano daquela unidade territorial. Este índice populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico e viabiliza a comparação entre os municípios brasileiros ao longo do tempo. Esse índice mede o nível de educação, longevidade e renda tendo como valor para análise entre 0 a 1, dividido em intervalos, isto é, quanto mais próximo de 0, menor o IDHM e quanto mais perto de 1, maior o IDHM. No intervalo de 0 a 0,499 diz-se que existe desenvolvimento humano baixo, entre 0,500 a 0,799 médio e acima de 0,800 é considerado alto.

Dessa forma, os índices aparecem em valores relativos, o que facilita comparações inter-regionais e intertemporais. Segue as definições de cada subíndice:

2.1.1. Longevidade

Representa em especial às condições de saúde da população. Este índice é mensurado com base na esperança de vida ao nascer. Tem-se então: expectativa de vida no nascimento (E), expressa em anos. Para o processo de relatividade, utiliza-se a seguinte fórmula: $IDH_L = (E - 25) / (85 - 25)$, ou seja, os limites mínimo e máximo são 85 e 25 anos.

Sobre a longevidade, as mudanças demográficas demonstradas no índice, provocam impactos nas políticas públicas. O aumento da expectativa de vida reflete não somente na saúde, mas em outras áreas como: educação, família previdência, assistência e trabalho. E para enfrentar esse processo sem precedentes, é preciso incorporar novas estratégias de cuidados, abrangendo o foco não somente à saúde, mas contemplar o idoso no contexto familiar e

comunitário. O enfoque social recomendado para abordar o envelhecimento da população, que inclui a meta de construir um mundo favorável aos adultos maiores, requer uma transformação dos sistemas de saúde que substitua os modelos curativos baseados na doença pela prestação de atenção integrada e centrada nas necessidades dos adultos maiores. (OMS, 2015)

Para Organização Pan-Americana da Saúde (2008) a disponibilidade de informação apoiada em dados válidos e confiáveis é condição essencial para a análise objetiva da situação sanitária, assim como para a tomada de decisões baseadas em evidências e para a programação de ações de saúde. A busca de medidas do estado de saúde da população é uma atividade central em saúde pública, iniciada com o registro sistemático de dados de mortalidade e de sobrevivência.

2.1.2. Educação

Reflete a combinação de fatores como índices de alfabetização de adultos, percentual de matrícula no ensino fundamental, médio e superior. O procedimento consiste em calcular um índice para a alfabetização dos adultos (percentual da população de 15 anos ou mais de idade alfabetizada) e outro índice para escolarização (taxa de matrícula combinada nos três ciclos educacionais em relação à população com idade entre 7 e 22 anos). Os limites mínimo e máximo estabelecidos para fins de cálculo são 0% e 100%. Aplica-se então uma média ponderada dos dois índices para fornecer o subíndice de nível de instrução (*IDH_E*), no qual a alfabetização dos adultos recebe um peso de dois terços e a taxa bruta de escolarização de um terço.

Segundo o Atlas Brasil (2013), o acesso ao conhecimento é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas, construir confiança, fortalecer a dignidade, e ampliar os horizontes e as perspectivas de vida. Os dados dessa dimensão colaboram na adequação ao Plano Nacional de Educação de 2001 (PNE), a Constituição Federal de 1988¹⁰ e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96, em que as ações do Estado visam a qualificação da Educação.

Segundo Schwartzman (2006) a educação deve ser prioridade para os formadores de políticas públicas, pois pelas teorias de capital humano os investimentos em educação podem

¹⁰ BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil: Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção I da educação. Art.205 a 206. Brasília: Senado Federal, 1988

agregar habilidades aos indivíduos, tornando-os mais produtivos, o que pode influenciar positivamente no desenvolvimento do país.

2.1.3. Renda

Mensurada pelo poder aquisitivo individual. Este índice leva em conta o PIB real *per capita*. O subíndice de renda (IDH_R) é calculado com base no PIB por habitante através de uma função logarítmica, com base 10. Ao introduzir uma função logarítmica, mantém-se a hipótese de que, além de certo nível de renda, aumentos desta contribuem de forma menos relevante para o desenvolvimento humano. Esta é a hipótese da utilidade marginal decrescente da renda. Além disso, o PIB *per capita* é também corrigido pelo poder de compra de cada localidade. Assim, os limites inferior e superior foram estabelecidos em US\$ 100 e US\$ 40mil anuais pela Paridade do Poder de Compra (PPC)¹¹.

Segundo o PNUD (2013) a renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, o domínio sobre esses recursos garante um padrão de vida aceitável. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.

Para o idealizador do IDHM, Sen (2010) os bens primários são coisas que toda pessoa racional presumidamente quer e incluem renda e riqueza, portanto, meios para qualquer propósito para a busca de diferentes concepções do bem que os indivíduos podem ter.

Alesina & Perotti (1994) mostra que há evidências de que a desigualdade da distribuição da renda está inversamente associada com o crescimento econômico subsequente. Afirmam que há várias maneiras pelas quais a desigualdade da distribuição da renda pode afetar o crescimento, incluindo o fato de um perfil da demanda extremamente diferenciado impedir o aproveitamento das economias de escala.

2.2 Contexto Geográfico

Segundo Freitas (2009), o espaço nacional é apropriado pelo Estado que o controla, transforma, produzindo relações socioespaciais. Nesse sentido, a relação entre Estado e território constitui-se em uma forma para explicar a dinâmica territorial, nas diversas escalas: nacional, regional, estadual e local. A autora ainda afirma:

¹¹ A teoria da paridade de poder de compra (PPC) foi originalmente formulada pelo economista sueco Cassel (1922) que definiu que a taxa de câmbio de um país tende a se desvalorizar na mesma proporção que aumenta o nível dos preços.

A definição de território explicitada reflete a multidimensionalidade do espaço em questão, e isso se torna possível diante da interdisciplinaridade inerente à ciência geográfica. A dinâmica territorial é, portanto, resultante da inter-relação dos elementos sociais, políticos, culturais, econômicos e ambientais. Além disso, este também é o palco da consolidação das identidades nas diversas escalas, assim como fator fundamental para estruturar as relações diferenciadas no contexto do sistema produtivo global.

Para Henrique & Ricci (2009), o processo de desenvolvimento econômico abrange diversos paradigmas inerentes a épocas em que se situam. Em cada época, a sociedade passa por transformações estruturais; de ordem política e econômica, e isso afeta de maneira significativa o modo como o governo e os demais agentes incentivam e promovem o crescimento e desenvolvimento econômico.

Quanto aos critérios de delimitação do espaço regional, Silva (1990) afirma que uma região só pode ser vista no âmbito sistêmico. Desta forma, a região se constitui em um subsistema de um todo mantendo com ele interrelações. Hook & Kearns (1999) dizem:

Os regionalistas defendem que o ambiente cultural e sociológico de coesão social e de comportamento são baseados em redes de confiança entre os inúmeros atores regionais. O comprometimento não seria meramente um dos seus produtos, mas uma pré-condição para o desenvolvimento econômico das regiões. Enfim, a forma de organização através de redes cooperativas entre atores regionais facilita os processos de aprendizagem, a inovação e a sua conseqüente difusão. Além disso, essas redes proporcionam a criação de um conhecimento que é regionalmente específico.

Castro (1992) afirma que:

A região é, então, uma fração estruturada do território. Por constituir uma estrutura, a região possui uma identidade que permite diferenciá-la do seu entorno. Essa personalidade regional possibilita a sua delimitação a partir da compreensão da especificidade que ela contém. A região é, portanto, concreta, observável e delimitável. Como qualquer segmento do espaço, a região é dinâmica, historicamente construída e interage com o todo social e territorial. Portanto, suas características internas são determinadas e determinantes desta interação.

Segundo Vitte (2006), as prefeituras municipais compõem a esfera de governo responsável pela administração dos municípios. Elas são bastante solicitadas a encontrar respostas concretas para os problemas locais. Assim, aumentou as possibilidades dos municípios de atuar no campo do desenvolvimento econômico e urbano, enquanto a União e os estados reduziram, por força da escassez de recursos e do ajustamento econômico, a execução

de programas de financiamentos e de assistência técnica ao urbano local. Sob esse aspecto, faz-se necessária uma caracterização do entorno espacial do objeto estudado, permitindo assim entender o contexto em que o município de São Caetano do Sul se encontra.

O recorte espacial regional do objeto estudado, constitui na relação entre a abstração empírica¹² e a abstração reflexionante¹³. Para Cardoso (1982), o recorte regional consiste no estudo do parcial sem que se perca a noção de determinação global. O autor destaca que o recorte regional possibilita, com maior facilidade, a adoção do recorte temporal de média ou longa duração, o qual, em contextos muito amplos, pode ser dificultado pelo grande volume de fontes.

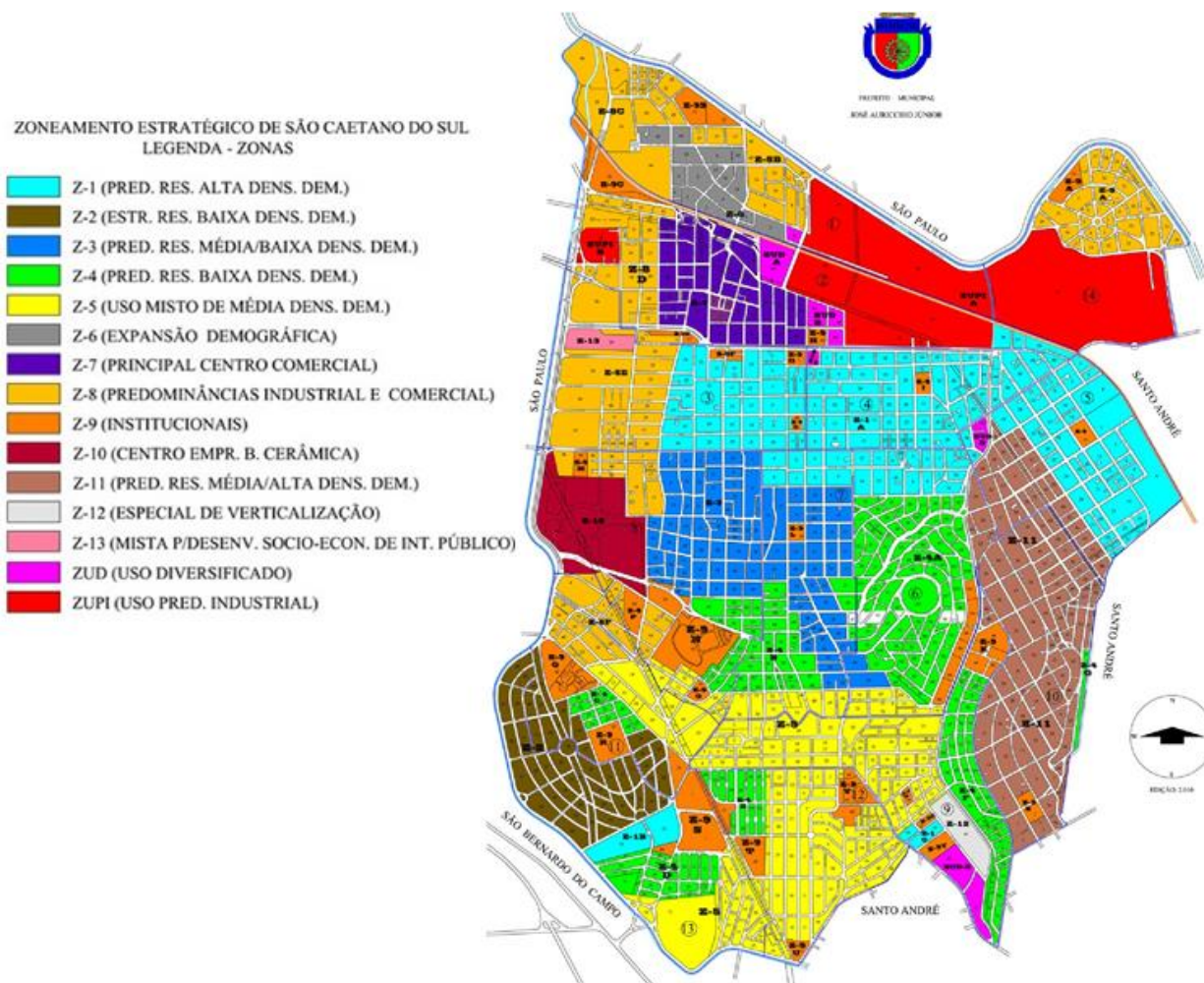
A cidade de São Caetano do Sul, delimitação regional do objeto em estudo, é referenciada nesta pesquisa por se tratar do município que conquistou o primeiro lugar no ranking com o melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil. São Caetano do Sul faz parte do Grande ABC, na região metropolitana da Grande São Paulo. Com 15,46 km², a cidade é referência nacional no trato com a população de todas as idades. São 149.263 habitantes, apresentando densidade demográfica de 9674,71 hab/km², segundo o Censo de 2010 do IBGE. O município foi fundado em 28 de julho de 1877, por imigrantes italianos que formaram o Núcleo Colonial criado pelo Império Brasileiro e emancipado em 24 de outubro de 1948. (PMSCS, 2018)

O município apresenta intensa conurbação com São Paulo, Santo André e São Bernardo do Campo, fazendo com que se percam os limites físicos entre as cidades. Na Figura 1, ilustra-se a ocupação do espaço urbano do município de São Caetano do Sul.

Figura 1 – Zoneamento Estratégico de São Caetano do Sul

¹² Segundo Franco, Sergio R. K, em *O Construtivismo e Educação*, Editora Mediação, 1995, p. 37, consiste em retirar (abstrair) o conhecimento diretamente dos objetos ou da ação que exerce sobre estes objetos. Portanto é um conhecimento extraído diretamente dos observáveis.

¹³ Segundo o mesmo autor, consiste em retirar (abstrair) o conhecimento não dos objetos, mas da coordenação das ações sobre os objetos.



Fonte: Revista Direitos e Humanidades (2014).

2.3 Indicadores nas políticas públicas

Segundo Jannuzzi (2005), no campo aplicado das políticas públicas, os indicadores sociais são medidas usadas para permitir a operacionalização de um conceito abstrato ou de uma demanda de interesse programático.

O mesmo autor afirma que os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas através de um interesse anteriormente programado. Na Figura 2 é possível observar que a partir da definição desse objetivo, busca-se, então, delinear as dimensões, os componentes ou as ações operacionais vinculadas. Os indicadores guardam, pois, relação direta com o objetivo programático original, na forma operacionalizada pelas ações e viabilizada pelos dados administrativos e pelas estatísticas públicas disponíveis.

Figura 2 – Construção de sistema de indicadores para ciclo de políticas públicas



Fonte: Jannuzzi (2005)

A escolha de indicadores sociais para uso no processo de formulação e avaliação de políticas públicas deve ser pautada pela aderência deles a um conjunto de propriedades desejáveis e pela lógica estruturante da aplicação, que definirá a tipologia de indicadores mais adequada (JANNUZZI, 2001)

3 METODOLOGIA

A avaliação dos esforços realizados no município de São Caetano do Sul aponta a evolução dos componentes do IDHM no espaço amostral e do componente temporal e procura compreender os determinantes do desenvolvimento.

Para atender o objetivo do trabalho, realizou-se uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, com abordagem teórica, recorte longitudinal e fundamentada em dados secundários. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. No que diz respeito ao recorte temporal, Richardson (1999) diz:

O primeiro refere-se aos estudos de corte transversal, em que os dados são coletados em um ponto no tempo, com base em uma amostra selecionada para descrever uma população nesse determinado momento. O segundo diz respeito aos estudos de corte longitudinal, que consiste na coleta de dados de uma mesma amostra através do tempo. O terceiro tipo são estudos de corte transversal com perspectiva longitudinal, que se focam num ponto no tempo, mas incluem noção de mudança ao longo de um período.

Define-se assim a conexão das ideias para compreender as causas e efeitos que levaram São Caetano do Sul a liderar o ranking das pesquisas de 1991, 2000 e 2010, observando a evolução do IDHM em dado momento e alguns fatores significativos que influenciaram na manutenção desses resultados.

Segundo Gil (2009), o elaborado formal de pesquisa se materializa se a investigação que o embasa tiver em sintonia como problema que se busca elucidar com a pesquisa: “[...] por si só, estas tarefas não possibilitam colocar o problema em termos de verificação empírica. Torna-se, pois, necessário, para confrontar a visão teórica do problema, com os dados da realidade, definir o delineamento da pesquisa [...]”.

O enfoque qualitativo caracteriza-se pelo fato do pesquisador ser o instrumento-chave, o ambiente ser considerado fonte direta dos dados e não requerer o uso de técnicas e métodos estatísticos (GODOY, 1995).

De acordo com Richardson (1999), os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, assim como compreender e classificar processos dinâmicos vivenciados por grupos sociais. O autor também afirma que a pesquisa quantitativa é caracterizada pelo uso de quantificação, tanto na coleta quanto no tratamento das informações, utilizando-se de técnicas estatísticas.

A pesquisa também possui caráter descritivo, cujo foco não consiste na abordagem, mas sim no processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo (SILVA; MENEZES, 2005).

Elegeram-se um rol de dados secundários para se identificar e avaliar a variação da eficiência do IDHM no município de São Caetano do Sul e o contexto espaço-temporal em que se obteve os resultados. Os dados em corte transversal estão disponíveis em nível municipal e constituem-se principalmente de estatísticas oriundas de pesquisas dos Censos Demográficos do IBGE, do Atlas Brasil (PNUD), do IPEA e da FJP, para os anos de 1991 a 2010, contemplando o município de São Caetano do Sul. O universo usado nessa pesquisa foi composto também por investigação em órgãos governamentais que estão, de forma direta, ligados ao processamento e coleta dos dados analisados e que possuem aparato de valores suficientes para que sejam mensurados os números que impactam diretamente no IDHM em suas três áreas.

Várias ferramentas foram utilizadas para a manipulação de dados geográficos e alfanuméricos, conforme a sequência: i) obtenção dos dados estatísticos e espaciais através de pesquisa documental; ii) estudos do censo demográfico, isolando o município de São Caetano do Sul; iii) manipulação dos dados estatísticos da localidade, identificando os campos e registros e obtenção de novas informações através de cruzamento de dados; iv) produção de tabelas, gráficos, planilhas e figuras para as informações obtidas; e v) representação dos resultados obtidos.

3.1 Caracterização da Pesquisa

Segundo Merriam (1998), o projeto de pesquisa, não é um procedimento linear de busca literária, de estruturação teórica e identificação do problema, mas sim um processo interativo de inúmeras idas e vindas inerentes ao percurso de uma investigação científica.

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica de modo a embasar o estudo teórico a partir dos registros disponíveis, decorrente de pesquisas anteriores, em livros, artigos científicos, teses, dissertações, dentre outras (SEVERINO, 2007). Em paralelo, realizou-se a pesquisa documental que, apesar de parecer similar à bibliográfica, apresenta a diferença na natureza das fontes. Na pesquisa documental, as fontes são diversificadas e dispersas, em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas (GIL, 2009).

Dessa forma, trabalhou-se com dados documentais sobre IDHM e seus componentes: educação, longevidade e renda, para os três períodos (1991, 2000 e 2010) disponibilizados pelo

PNUD e IPEA e, dados documentais sobre as políticas públicas e seus atores para que se fosse criada uma caracterização multidimensional do desenvolvimento do município pesquisado. Os dados foram coletados por meio de acesso aos sítios eletrônicos das prefeituras, na internet, para verificação das informações disponibilizadas por estas à sociedade, bem como pesquisa em arquivos de bibliotecas e repartições.

3.2 Procedimentos da Pesquisa

Para Merriam (1998), escolher um design de pesquisa qualitativa pressupõe uma certa visão de mundo, requer a definição como um investigador seleciona sua amostra, coleta e analisa dados e contempla assuntos como validade, confiança e ética. A pesquisa qualitativa não é linear, mas um processo de passo a passo, ou seja, um processo interativo que permite ao investigador produzir dados confiáveis e fidedignos. Assim, o processo de coleta e análise dos dados é recursivo e dinâmico, além de ser altamente intuitivo.

Na primeira fase introduziu-se o tema e a finalidade de sua proposta. Numa segunda fase, realizou-se revisões de literatura sobre o tema Desenvolvimento Humano, IDH, IDHM e seus componentes. A seguir, uma revisão da literatura para identificação do local de estudo e a contextualização de inserção regional. Fez-se uma revisão de literatura sobre o tema políticas públicas regionais e seus atores partindo do pressuposto de que as decisões de âmbito estratégicos influenciaram nos resultados do foco de estudo. A partir daí, sempre que necessário foram acrescentados tópicos afim de dar subsídios à construção do modelo e análise dos resultados.

Na terceira fase, o material de pesquisa adquirido foi organizado e apresentado, e a seguir, a penúltima fase foi analisado e interpretado. Estes dois processos, apesar de conceitualmente distintos, aparecem sempre estreitamente relacionados:

A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal forma que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para investigação. Já a interpretação tem como objetivo a procura do sentido mais amplo das respostas, o que é feito mediante sua ligação a outros conhecimentos anteriormente obtidos (Gil, 1999).

Dessa forma, após a organização dos dados, iniciou-se as análises a partir da leitura de dados e trabalhou-se, com o mapeamento dos índices e de seus componentes e correlacionando com os dados bibliográficos e documentais no intuito de visualizar e analisar a sua distribuição espacial e temporal no município em questão. Sequencialmente, finalizou-se com a discussão e conclusão a partir da saída de dados. Nesta fase são identificadas as congruências de ideias, bem como possíveis contribuições e sugestões para a continuidade da pesquisa sobre o tema.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão discutidos os principais resultados desta investigação, ilustrando a inserção do município em seu contexto mais amplo à sua especificidade. Os resultados da observação baseiam-se fundamentalmente, na análise de dados secundários que foram analisadas no decorrer da investigação.

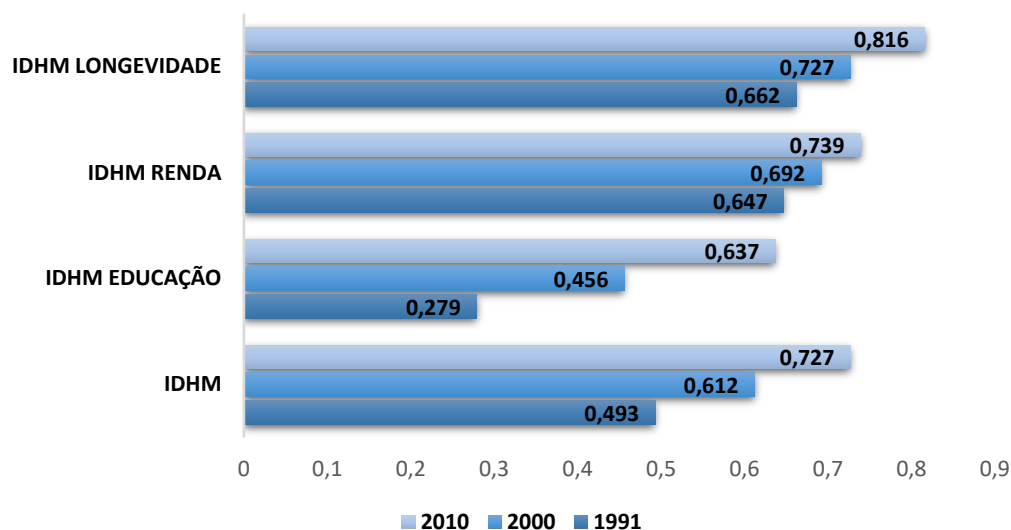
4.1 Cenário Federativo – IDHM dos municípios brasileiros

Entre o início da década de 2000 até a eclosão da crise financeira internacional, em 2008, o Brasil passou por um ciclo de crescimento econômico e inclusão social. Mesmo após 2008, no qual, com exceção de 2010, as taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) foram inferiores às do período anterior, não se observaram retrocessos nos ganhos obtidos em termos de renda per capita e de redução da desigualdade social (CAVALCANTE; DE NEGRI, 2014).

No cenário federativo o IDHM encontrado para o Brasil, em 2010, é de 0,7271. De acordo com as faixas de desenvolvimento humano municipal adotadas pelo Atlas Brasil 2013, o Brasil como um todo se encontra na faixa de Alto Desenvolvimento Humano, melhorando sua classificação em relação aos anos anteriores, quando figurava como Médio Desenvolvimento Humano, em 2000, e de Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 1991. (ATLAS BRASIL,2013).

O Gráfico 1 apresenta cada subcomponente do IDHM e respectivos indicadores que os compõem, para os anos de 1991, 2000 e 2010.

Gráfico 1 – Brasil: IDHM e seus Subíndices 1991 - 2010



Fonte: PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano (2013).

Como pode ser observado no Gráfico 1, nas últimas décadas o Brasil evoluiu de 0,493, em 1991, para 0,612, em 2000, até atingir o valor atual de 0,727. Dessa forma, o país apresenta uma evolução de 0,119, entre 1991 e 2000, e de 0,115, entre 2000 e 2010, crescendo ao todo 0,234, entre 1991 e 2010. Em termos percentuais, seu desempenho foi de 24,1%, entre 1991 e 2000, e de 18,8%, entre 2000 e 2010, correspondendo a um crescimento relativo total de 47,5% no período. (Ibid, 2013).

Nota-se que a dimensão que apresenta o maior crescimento absoluto entre 1991 e 2010 foi o IDHME, com 0,358. Para o período de 1991 a 2000, o IDHME se destaca com um crescimento de 0,177, e, para o período de 2000 a 2010, apresenta uma evolução de 0,181. Em termos percentuais, o indicador que apresenta o melhor desempenho para o período de 1991 a 2010 é, também, o IDHME, com uma evolução de 128,3% para o período, tendo crescido 63,4%, entre 1991 a 2000, e 39,7%, entre 2000 e 2010.

Tabela 1 – Desenvolvimento Humano entre 1991 a 2010

Desenvolvimento	1991		2000		2010	
	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%	Nº de municípios	%
Muito Alto	0	0,0	1	0,0	44	0,8
Alto	0	0,0	133	2,4	4.889	33,9
Médio	43	0,8	1.451	26,1	2.233	40,1
Baixo	745	13,4	1.652	29,7	1.367	24,6
Muito Baixo	4.777	85,8	2.328	41,8	32	0,6

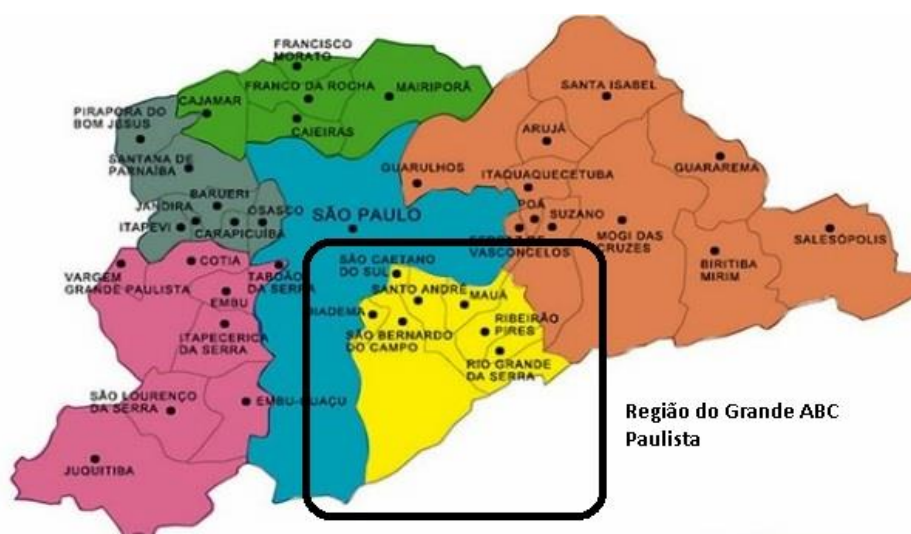
Fonte: Atlas Brasil (2013)

A Tabela 1 traz a evolução, entre 1991 e 2010, da classificação dos municípios brasileiros para as faixas de desenvolvimento humano propostas pelo Atlas Brasil 2013, as quais variam de Muito Baixo Desenvolvimento Humano (IDHM inferior a 0,500) a Muito Alto Desenvolvimento Humano (IDHM igual ou superior a 0,800). Enquanto, em 1991, mais de 85% dos municípios encontravam-se na faixa de Muito Baixo Desenvolvimento Humano e, em 2000, pouco mais que 70% deles encontravam-se nas faixas de Baixo e Muito Baixo Desenvolvimento Humano, em 2010, apenas um quarto (25%) dos municípios brasileiros encontrava-se nessas faixas e mais de 70% deles já figuravam nas faixas de Médio e Alto Desenvolvimento Humano, o que ilustra os avanços do desenvolvimento humano no país nas últimas duas décadas. (ATLAS BRASIL, 2013).

4.2 Cenário Regional – Grande ABC Paulista

O Grande ABC Paulista é parte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), é reconhecido no país pelo pioneirismo nos movimentos de articulação, cooperação e pactuação regional. O espaço geográfico do Grande ABC compreende em 842 km², composto por um conjunto de sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra como segue na Figura 3.

Figura 3 – Mapa da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)

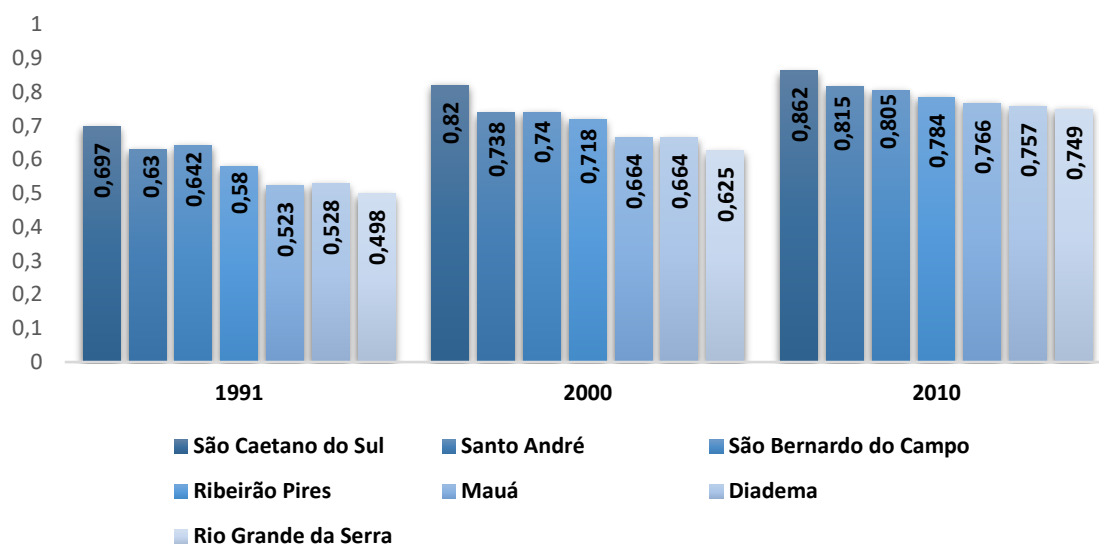


Fonte: Elaboração própria (2018).

Com o intuito de situar o IDHM da Região do Grande ABC Paulista no ranking dos países que detêm os maiores IDHs do mundo¹⁴, segundo o PNUD (2010), poderíamos dizer que São Caetano do Sul poderia ser comparado a países como Espanha com 0,863; Santo André à Emirados Árabes Unidos com 0,815; São Bernardo do Campo à Hungria com 0,805; Ribeirão Pires à Bahamas com 0,784; Mauá a Uruguai com 0,765; Diadema a Panamá com 0,755 e Rio Grande da Serra a México com 0,750. É importante frisar que, dos sete municípios da região, cinco aparecem entre os cem municípios brasileiros com maior participação na geração de riqueza em 2010¹⁵, São Bernardo, forte na produção de móveis e automóveis, ocupa a 13ª posição, gerando 0,94% da riqueza nacional. Sequencialmente aparecem Santo André, na 29ª posição; Diadema, na 44ª posição; São Caetano do Sul, em 47ª; Mauá na 76ª posição; Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra não figuram entre os cem maiores produtores do Brasil.

No Gráfico 2 mostra-se a evolução dos índices das cidades do Grande ABC Paulista, e percebe-se um crescimento nas três últimas pesquisas.

Gráfico 2 – Evolução do IDHM do Grande ABC Paulista entre 1991 - 2010



Fonte: Atlas Brasil (2013).

Em duas décadas, o Grande ABC colocou duas cidades entre os 50 maiores índices do País¹⁶. Em 2010, com IDHM de 0,815, Santo André aparece na 14ª colocação. São Bernardo

¹⁴ Relatório de Desenvolvimento Humano 2010. PNUD. Lista completa que pode ser vista em ANEXO A, B, C e D.

¹⁵ Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao PIB a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação – 2010. IBGE. Rio de Janeiro. Lista completa que pode ser vista em ANEXO E e F.

¹⁶ APÊNDICES A e B. Ranking IDHM Municípios 2010. PNUD

está em 28º lugar com 0,805. A variação para o município de Rio Grande da Serra nas duas décadas foi de 50,4%. Neste ranking, o município ocupa o 562º lugar, e mesmo sendo o menor índice da região, aparece na frente de seis capitais nacionais: Belém (628ª posição), Manaus (850ª posição), Porto Velho (876ª posição), Macapá (940ª posição), Rio Branco (1107ª posição), Maceió (1266ª posição).

A Região do Grande ABC, aparentemente, possui características comuns, entretanto não é homogênea, são observadas muitas distinções entre eles, tais como distribuição de renda, expectativa de vida, educação, dentre outras.

De acordo com Abrucio e Soares (2001) estas diferenças não foram impedimento para a consolidação de uma identidade regional que se constituiu diante dos seguintes fatores:

- 1) históricos, pois, há pouco tempo, tratava-se de um único município que se desmembrou sucessivamente;
- 2) geográficos, ao configurar-se como uma área de mananciais;
- 3) econômicos, já que a industrialização marca o perfil da região; e
- 4) culturais, tal é o sentimento dos atores sociais de pertencerem a uma região.

Esse modelo de cooperação de rede federativa nas regiões metropolitanas reflete significativamente em seus resultados efetivos. Na Tabela 2, apresenta-se o IDHM e seus índices para região entre 1991 e 2010:

Tabela 2 – IDHM, Renda, Longevidade e Educação do Grande ABC Paulista entre 1991 e 2010

GRANDE ABC PAULISTA			
SÃO CAETANO DO SUL	1991	2000	2010
Renda	0,792	0,855	0,891
Longevidade	0,785	0,870	0,887
Educação	0,544	0,740	0,811
IDHM	0,697	0,82	0,862
SÃO BERNARDO DO CAMPO	1991	2000	2010
Renda	0,768	0,778	0,807
Longevidade	0,732	0,799	0,861
Educação	0,470	0,651	0,752
IDHM	0,642	0,740	0,805
DIADEMA	1991	2000	2010
Renda	0,682	0,693	0,717
Longevidade	0,719	0,774	0,844
Educação	0,301	0,547	0,716

IDHM	0,528	0,664	0,757
SANTO ANDRÉ	1991	2000	2010
Renda	0,748	0,781	0,819
Longevidade	0,756	0,791	0,861
Educação	0,443	0,650	0,769
IDHM	0,630	0,738	0,815
RIO GRANDE DA SERRA	1991	2000	2010
Renda	0,628	0,631	0,745
Longevidade	0,719	0,769	0,684
Educação	0,274	0,502	0,823
IDHM	0,498	0,625	0,749
RIBEIRÃO PIRES	1991	2000	2010
Renda	0,709	0,726	0,749
Longevidade	0,722	0,813	0,847
Educação	0,382	0,626	0,760
IDHM	0,580	0,718	0,784
MAUÁ	1991	2000	2010
Renda	0,677	0,682	0,721
Longevidade	0,719	0,775	0,852
Educação	0,294	0,555	0,733
IDHM	0,523	0,664	0,766

Fonte: Elaboração Própria (2018).

Na década de 2000, a média do IDHM apresentada por Santo André foi de 0,738 e passou para 0,815 em 2010. São Bernardo foi de 0,740 para 0,805, enquanto São Caetano foi de 0,820 para 0,862, liderando no ranking nacional. Diadema passou de 0,664 para 0,757, Mauá de 0,664 para 0,766 e Ribeirão Pires de 0,718 para 0,784. Por fim, Rio Grande da Serra apresentava 0,625 e passou para 0,749.

Quanto ao IDHM_R, foi observada alta dos índices. Santo André passou de 0,781 para 0,819; São Bernardo de 0,778 para 0,807; São Caetano de 0,855 para 0,891; Diadema de 0,693 para 0,717; Mauá de 0,682 para 0,721; Ribeirão Pires de 0,726 para 0,749 e Rio Grande da Serra de 0,631 para 0,684.

O IDHM_E, que avalia a frequência de crianças, jovens e adultos na escola, revela dados positivos. O índice de Santo André foi de 0,650 para 0,769; o de São Bernardo de 0,651 para 0,752; o de São Caetano de 0,740 para 0,811; o de Diadema de 0,547 para 0,716; o de Mauá de 0,555 para 0,733; o de Ribeirão de 0,626 para 0,760 e o de Rio Grande da Serra de 0,502 para 0,745.

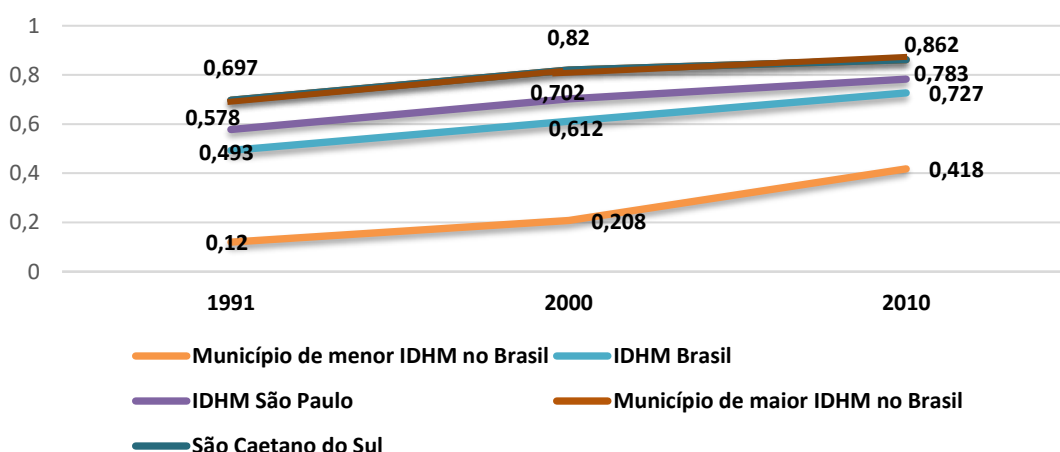
Foi verificada ainda alta do IDHM_L, que mede a expectativa de vida. Em Santo André, a estimativa de vida, que era de 72,5 anos agora é 76,7. Em São Bernardo, ela passou de 77,2

anos para 76,7. Em São Caetano, a expectativa foi de 77,2 anos para 78,2. Já em Diadema, houve um salto de 71,4 anos para 75,7. Mauá foi de 71,5 anos para 76,1, Ribeirão Pires passou de 73,8 anos para 75,8, enquanto Rio Grande da Serra foi de 71,1 anos para 74,4.

No Gráfico 3 apresenta-se um comparativo do desempenho de São Caetano do Sul em seu contexto federativo e regional no período entre 1991, 2000 e 2010. Percebe-se que nas três pesquisas, o município ocupou a primeira colocação no ranking do IDHM do PNUD.

Demonstrou-se que o IDH era de 0,697 em 1991, chegou a 0,820 em 2000, até atingir 0,862. Em 2010 registrou-se que a área que mais cresceu em termos absolutos foi a Educação: 73,90% da população de 18 anos ou mais de idade completou o Ensino Fundamental, e 60,61% o Ensino Médio.

Gráfico 3 - Evolução do IDHM – São Caetano do Sul – SP

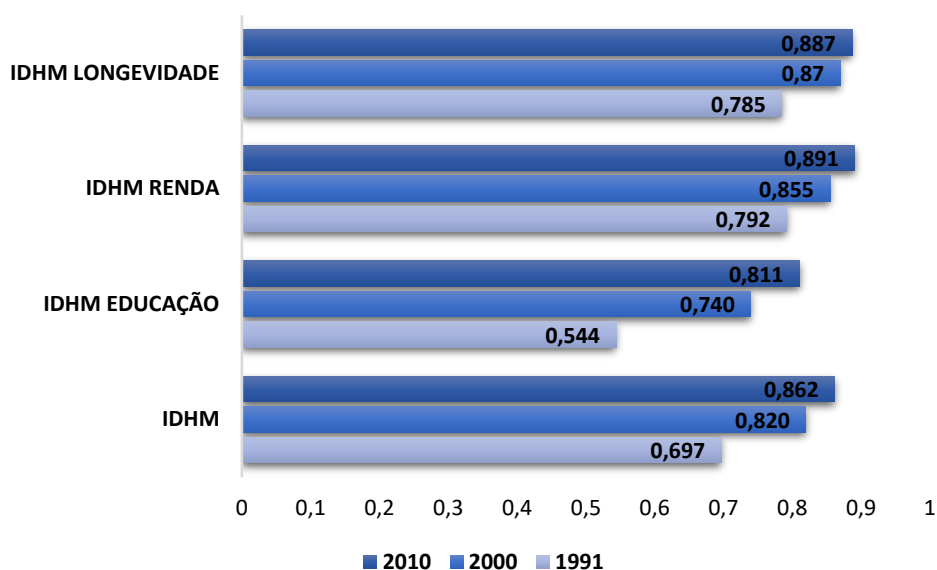


Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2010).

4.3 Cenário de São Caetano do Sul

Através da análise descritiva dos dados, é possível perceber que de 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,697, em 1991, para 0,862, em 2010, isso implica em uma taxa de crescimento de 23,67% para o município e uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 45,54%. Como disposto no Gráfico 4, no município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,267), seguida por Longevidade e por Renda.

Gráfico 4 - Evolução do IDHM de São Caetano do Sul em 1991, 2000 e 2010.



Fonte: Atlas Brasil (2013).

4.4 Componentes do IDHM de São Caetano do Sul

Neste subcapítulo apresenta-se as três dimensões do IDH, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis (esperança de vida ao nascer), de ter acesso a conhecimento (escolaridade da população adulta e o fluxo da população jovem), e ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno (renda *per capita*)¹⁷.

A Tabela 3 destaca as três dimensões do município estudado para 1991, 2000 e 2010.

Tabela 3 – IDHM e seus componentes – São Caetano do Sul - SP

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,544	0,74	0,811
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	50,17	64,58	76,21
% de 5 a 6 anos na escola	59,59	94,74	96,37
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	77,55	87,25	91,22
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	53,97	76,59	79,27
% de 18 a 20 anos com médio completo	35,37	58,21	67,68
IDHM Longevidade	0,785	0,87	0,887
Esperança de vida ao nascer	72,11	77,18	78,2
IDHM Renda	0,792	0,855	0,891
Renda per capita	1.107,53	1.639,93	2.043,74

¹⁷ IPEA – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – Brasília, PNUD, IPEA, FJP, 2013

Fonte: Atlas Brasil (2013).

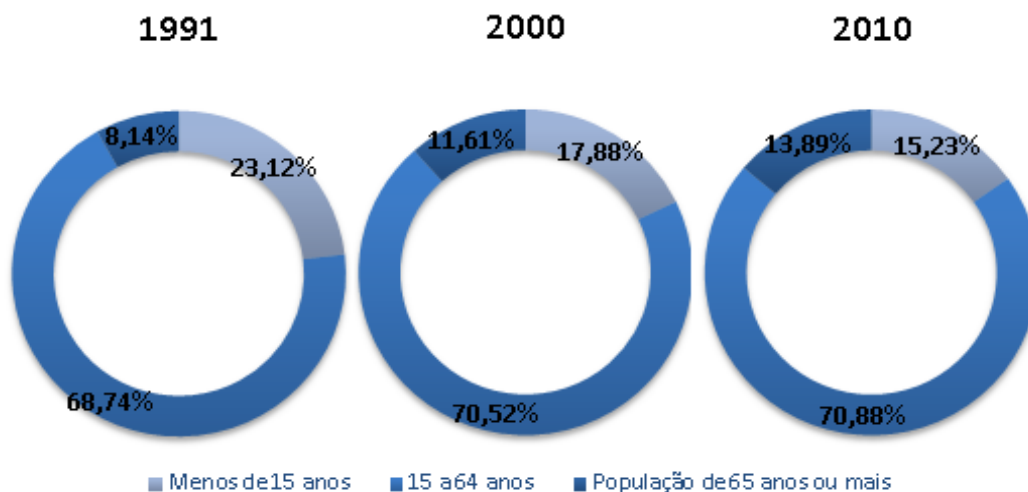
O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) - São Caetano do Sul é 0,862, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Muito Alto (IDHM entre 0,800 e 1). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Renda, com índice de 0,891, seguida de Longevidade, com índice de 0,887, e de Educação, com índice de 0,811. (ATLAS BRASIL, 2013)

A seguir são analisados os indicadores do IDH-M individualmente, sendo eles: longevidade, renda e educação.

Longevidade - A urbanização do envelhecimento é um desafio para a sociedade, realçando a imprescindibilidade de se refletir sobre os serviços/cuidados ao longo da vida prestados pelas esferas federal, estadual e municipal.

A estrutura etária da população de São Caetano do Sul, ilustrado no Gráfico 5, indica que nas duas décadas houve a crescente das faixas a partir de 15 anos e 65 anos ou mais e uma redução no percentual de menores de 15 anos.

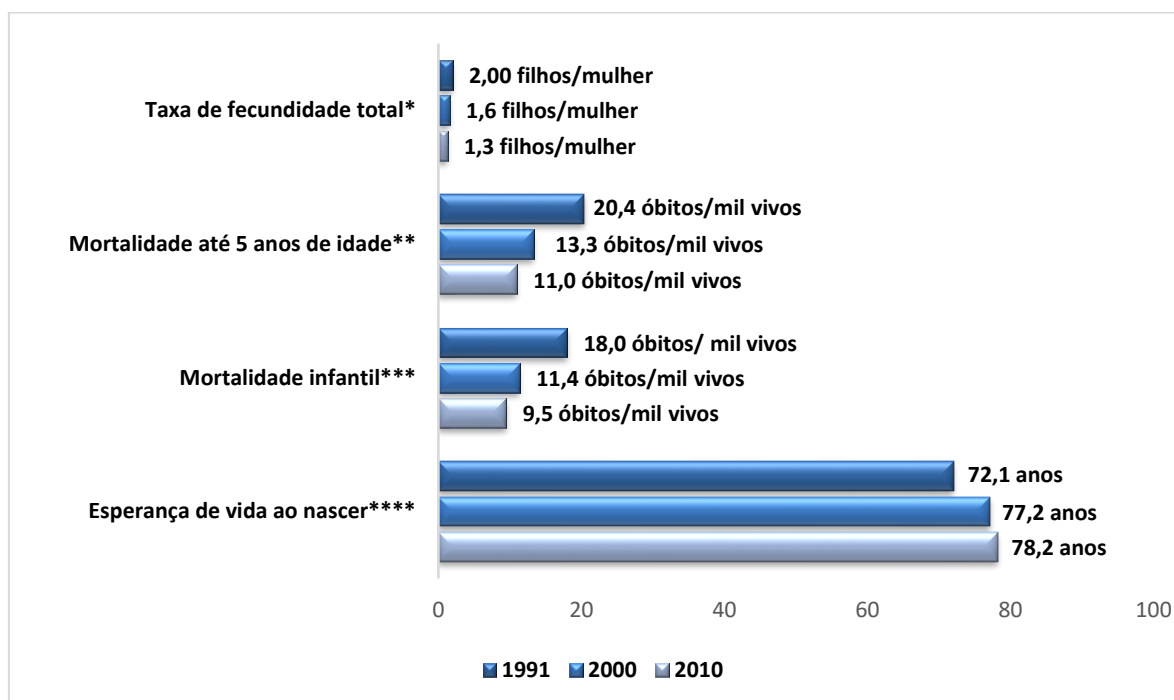
Gráfico 5 – Estrutura Etária da população – São Caetano do Sul



Fonte: Adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2010).

O Gráfico 6, demonstra que a combinação entre a redução da taxa de natalidade, aumento da população ativa e o aumento da expectativa de vida da população do município no decorrer das décadas, denota um processo de transição demográfica gradativa com tendência para o envelhecimento irreversível. Essas mudanças indicam que o município deve amparar a população idosa em forte crescimento em termos absolutos por meio de políticas públicas focadas nesse público, com impactos evidentes nas áreas de saúde e assistência social.

Gráfico 6 – Longevidade, Mortalidade e Fecundidade – São Caetano do Sul



*Número médio de filhos que uma mulher deverá ter ao terminar o período reprodutivo (15 a 49 anos de idade)

**Probabilidade de morrer entre o nascimento e a idade exata de 5 anos, por 1000 crianças nascidas vivas.

***Número de crianças que não deverão sobreviver ao primeiro ano de vida em cada 1000 crianças nascidas vivas.

****Número médio de anos que as pessoas deverão viver a partir do nascimento, se permanecerem constantes ao longo da vida o nível e o padrão de mortalidade por idade prevalecente no ano do Censo.

Fonte: Adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2010).

Essa situação que permitiu a abertura de espaço para o atendimento de demandas sociais em atenção a esse panorama. A prefeitura sustenta que os bons indicadores se devem, sobretudo, a investimentos na área social, como é o caso da instalação, nos anos 80 e 90, de dois centros para a terceira idade. (FOLHA DE S. PAULO, 2002).

A cidade de São Caetano do Sul registra um dos maiores índices de longevidade do país, com expectativa de vida de 78,2 anos. Na década de 2000, houve uma percepção da necessidade de espaços coletivos e integrados para atenção especializada ao idoso, seguido das demandas por melhor e maior quantidade de recursos assistenciais para este público e maior articulação entre as secretarias e serviços multidisciplinares. O Conselho Municipal do Idoso de São Caetano do Sul (CMI) foi criado pela Lei 4.179/2003, sendo caracterizado como um órgão consultivo e deliberativo, cujas atribuições são propor políticas públicas e fiscalizar o

atendimento dos direitos da população idosa em serviços, produtos e atividades desenvolvidas em São Caetano do Sul. A CMI recebe denúncias de qualquer ato desrespeitoso, violência ou omissão, que possa causar danos ou incômodo à pessoa idosa. Também é responsável por fiscalizar e inscrever a todas as ILPIs ¹⁸. (PMSCS, 2013).

O alto índice de longevidade no município também conta com os benefícios da promulgação da Lei 5.127, de 5 de junho de 2013, institui o Fundo Municipal do Idoso, que tem como objetivo defender os direitos da pessoa idosa. (PMSCS, 2013).

O Fundo é constituído de recursos provenientes de órgãos da União ou do Estado vinculados à política nacional ou estadual do idoso; doações, contribuições ou subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, pública ou privada, nacional ou estrangeira; valores de multas aplicadas, em São Caetano, por ofensa aos direitos assegurados pelo idoso; verbas oriundas do orçamento do município e outros recursos legalmente instituídos. Tem a finalidade de captar, repassar e aplicar os recursos destinados a propiciar suporte financeiro para a implantação, manutenção e desenvolvimento de serviços, planos, programas, projetos e ações voltadas à pessoa idosa. O gerenciamento dos recursos fica sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Inclusão Social, com orientação e controle do Conselho Municipal do Idoso (CMI). Ainda conforme determina a Lei, a Secretaria Municipal da Fazenda é responsável pelo suporte técnico na gestão, orientação e no controle administrativo e financeiro. (Ibid, 2018).

Os espaços coletivos de inclusão do idoso, assim como a intersectoriedade buscam garantir uma velhice digna. O programa de treinamento de cuidadores da cidade é ativo. Mais de 3 mil pessoas já foram treinadas para cuidar de idosos¹⁹, na própria família ou como prestadores de serviços. Para atender as demandas da faixa etária, em 2007 foi implantada a Universidade Aberta da Terceira Idade (UNIMAS) com o objetivo de contribuir para a melhoria contínua da qualidade de vida das pessoas, proporcionando oportunidade de convivência, diversão e aprendizagem. A Fundação de Apoio à Universidade Municipal de São Caetano (FaUSCS) oferece o curso de cuidadores de idosos. O objetivo é capacitar profissionais formais e informais para atuar principalmente com pessoas acamadas. O curso oferece conhecimentos teóricos e práticos da área a fim de qualificar o profissional para trabalhar com diversos tipos de pacientes, tanto na família e na comunidade quanto na rede pública de Saúde. O cuidador público faz parte do projeto Convivendo Melhor na Quarta Idade, que prevê implantar políticas públicas voltadas para a Quarta Idade. No município, 3,5% da população,

¹⁸ Instituições de Longa Permanência para Idosos.

¹⁹ Curso oferecido pela FaUSCS (Fundação de Apoio à Universidade Municipal de São Caetano do Sul).

ou 5.283 pessoas, atingiram ou ultrapassaram os 80 anos, segundo o Censo 2010 do IBGE. (DGABC, 2014)

A Coordenadoria Municipal da Terceira Idade (COMTID) oferece quatro Centros Integrados de Saúde e Educação da Terceira Idade (CISE), que têm como objetivo promover ações integradas nas áreas de lazer, social, cultural, recreativa, educacional e de saúde. Integrada à Secretaria Municipal de Saúde, a Terceira Idade tem como objetivo garantir a execução de políticas específicas para a preservação da saúde física e mental do idoso; promover e estimular estudos, pesquisas e campanhas visando a melhoria das condições de vida desta parcela da população; interagir com os segmentos municipais, estaduais e federais, no sentido de fiscalizar o cumprimento da legislação referente aos direitos do idoso; e opinar nas decisões do governo que estejam ligadas aos interesses desses munícipes. (PMSCS, 2018)

Há também um número cada vez maior de associações criadas com o objetivo de garantir os direitos dos idosos, previstos na promulgação do Estatuto do Idoso em 2003 e na Lei Orgânica do Município de São Caetano do Sul (Art. 170, §4º, V): “[...] amparo às pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida; [...]”

Dentre outros efeitos, o envelhecimento da população tende a aumentar os problemas de reposição da força de trabalho mais experiente em setores críticos ligados a economia municipal. Se confirmado esse quadro, a reposição dessa mão-de-obra terá que ser realizada por intensivo processo de qualificação profissional e elevação dos padrões de qualidade da educação da população em idade ativa. Estima-se que assistência à saúde se tornará muito mais onerosa, por dispêndio público para cuidados médico-hospitalares para atividades preventivas e curativas que deve se elevar, tanto pela demanda por mais assistência e especialistas nesta fase da vida quanto pela incorporação de novas tecnologias.

Renda - O índice de renda *per capita* é a razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos, com valores tomando como referência àqueles referentes a 2010. Este índice será utilizado para averiguar se a renda tem forte influência nas restrições que são apontadas pelos subíndices do IDHM.

O Índice de Gini foi criado pelo matemático italiano Conrado Gini, o índice mensura o grau de concentração de renda, ou seja, define a diferença de renda entre os mais pobres e dos mais ricos. Mede-se através da variação de 0 a 1. O valor 0 representa a situação de igualdade, de modo que todos apresentariam a mesma renda. Quando o valor é 1, somente uma única

peessoa detém toda a riqueza, configurando completa desigualdade de renda. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos (PNUD, 2005).

Tabela 4 – Renda, Pobreza e Desigualdade – São Caetano do Sul

	1991	2000	2010
Renda <i>per capita</i> *	1.107,53	1.639,93	2.043,74
% de extremamente pobres**	1,35	0,16	0,09
% de pobres***	3,48	1,38	0,52
Índice de Gini ****	0,48	0,50	0,54

*Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em R\$ (2010).

**Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$70,00 mensais (2010). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

***Proporção dos indivíduos com renda *per capita* igual ou inferior a R\$140,00 mensais (2010). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

**** Mede o grau de desigualdade de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

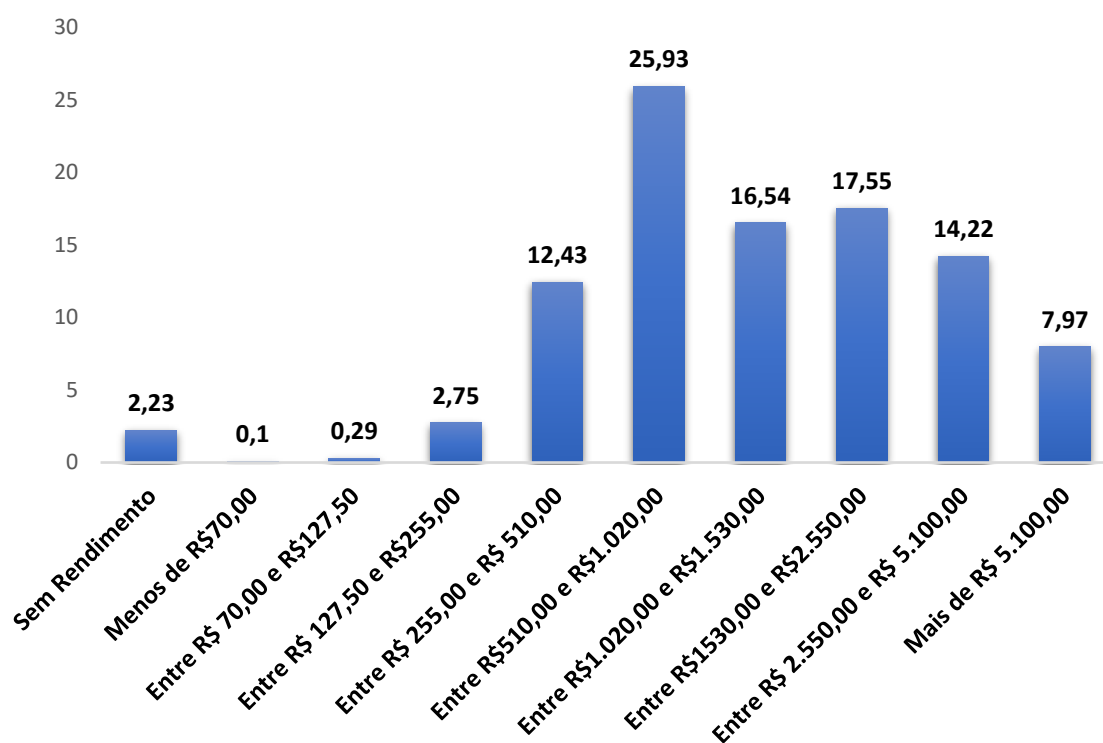
Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2010).

Na Tabela 4 é nítida evolução da remuneração média do capital humano do município de São Caetano do Sul. No final da década de 90, a remuneração média do empregado de São Caetano (R\$1.107,53). Do período de 1991 a 2000 os valores de Gini em São Caetano do Sul não variou significativamente, o que o colocou em situação privilegiada quanto à distribuição de renda da população em relação a este período. No entanto, após duas décadas, o Índice de Gini apresenta ascendência em seus resultados. A renda *per capita* média de São Caetano do Sul cresceu 84,53%. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento de 3,28% nesse período. Entre 2000 e 2010 o resultado pode ser atribuído à estabilidade econômica propiciada pelo governo federal, ao eliminar a alta desenfreada dos custos de produção através de isenções fiscais, tornando possível o planejamento de longo prazo, fator essencial para o bom desempenho industrial, que gerando emprego e bem-estar social.

No Gráfico 7 demonstra-se a distribuição percentual por classes de rendimento mensal de pessoas por domicílios em 2010. Neste mesmo ano, segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho, apontam que São Caetano do Sul teve saldo positivo em geração de emprego. Foram criadas 1.335 vagas na cidade. O bom resultado de São Caetano do Sul deveu-se aos postos criados principalmente

pela construção civil, serviços de alojamento, alimentação e reparação e na indústria de madeira e mobiliário. Em contrapartida a desigualdade de renda aumentou no decorrer do período. No gráfico, constatamos a distribuição percentual por classes de rendimento no município de São Caetano do Sul:

Gráfico 7- Distribuição percentual por classes de rendimento mensal de pessoas por domicílios (2010)



Nota técnica: Domicílios particulares permanentes, Valor do rendimento nominal médio mensal per capita e mediano mensal per capita dos domicílios particulares permanentes, segundo a situação de domicílio e as classes de rendimento nominal mensal domiciliar.

Fonte: IBGE – Censo Demográfico. Organizado por Datapedia.info (2010)

Na última década, o fortalecimento da área de serviços sem descuidos em relação à presença industrial é apresentado pelos administradores municipais como uma das razões para cerca de 45% da população de São Caetano do Sul se encontrar hoje na classe B. (GUIMARÃES, 2013)

Segundo o Portal ABCdoABC (2018), o setor de serviços é responsável por mais de 45 mil postos de trabalho em São Caetano do Sul. No ano de 2010, com os recursos provenientes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, São Caetano do Sul ofereceu à população mais de 20 palestras, oito rodadas de negócios, capacitações e consultorias. Os encontros contaram

com a participação de proprietários de grandes companhias e empresários locais. (REVISTA DE BALANÇO, 2010)

Segundo dados do IBGE (2018), a renda *per capita* de São Caetano do Sul é o maior IDH do país. A média para a região supera 2 mil reais. Isso se justifica por aspectos relacionados à industrialização e ao desenvolvimento econômico regional. A região do ABC, que desde meados do século XX possui um parque industrial pungente, primeiramente com um considerável número de indústrias moveleiras e de tecelagem e posteriormente com o advento da indústria automobilística; assiste na década de 1990, com uma forte abertura comercial, com a desregulamentação da economia, a valorização cambial, o baixo crescimento econômico, a influência da revolução microeletrônica e a existência de novas técnicas organizacionais, mudanças no seu setor industrial, com intensas e rápidas transformações.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Turismo, Tecnologia e Inovação (SEDETI) trabalha para promover o crescimento econômico sustentável do Município, através de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda e ao aumento do empreendedorismo e da competitividade do setor produtivo. (PMSCS, 2018)

Educação - A Tabela 5 apresenta as proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 96,37%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 91,22%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 79,27%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 67,68%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 36,78 pontos percentuais, 13,67 pontos percentuais, 25,30 pontos percentuais e 32,31 pontos percentuais. (ATLAS BRASIL, 2013)

Tabela 5 – Fluxo escolar por faixa etária – São Caetano do Sul – 1991 a 2010

IDHM Educação	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,544	0,74	0,811
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	50,17	64,58	76,21
% de 5 a 6 anos na escola	59,59	94,74	96,37
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental regular seriado ou com fundamental completo	77,55	87,25	91,22
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	53,97	76,59	79,27
% de 18 a 20 anos com médio completo	35,37	58,21	67,68

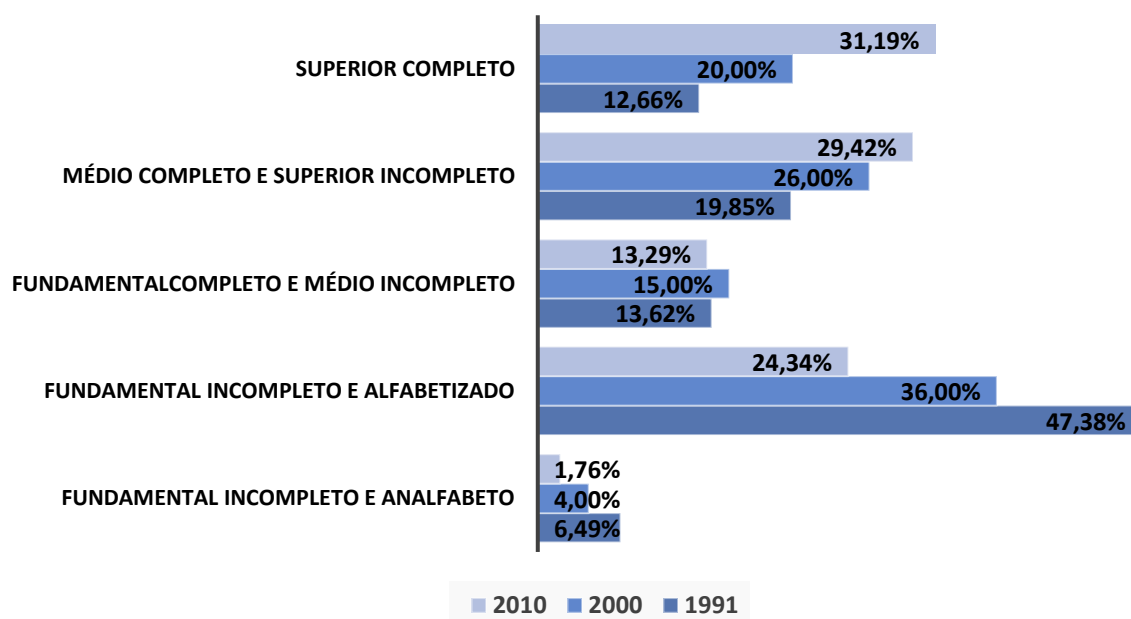
Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2010).

A taxa de atendimento da pré-escola para crianças de 5 a 6 anos pode ser analisado como a perspectiva futura da dimensão da escolaridade em uma região. Ou seja, é o enlace entre o presente e o futuro de uma região ou população. O município de apresentou a proporção de 96,37% em 2010 como indicador, patamar significativamente superior em relação aos demais municípios.

A prefeitura de São Caetano do Sul, juntamente com a prefeitura de Diadema, expandiu seu leque de atenção à infância ao instalarem equipamentos escolares voltados aos portadores de necessidades especiais. E, em meados dos anos 90, São Caetano do Sul expandiu e diversificou as redes de equipamentos de ação escolar ao instituírem modelos de ensino fundamental na modalidade suplência profissionalizante. Este conjunto de medidas de políticas setoriais de educação implicou na constituição de uma significativa rede de agências ou unidades educacionais públicas municipais destinadas a garantir os direitos de escolarização de crianças, adolescentes e jovens na região. (ALMEIDA et al., 2004)

O Gráfico 8 demonstra a escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. (ATLAS BRASIL, 2013)

Gráfico 8 – Escolaridade da população de 18 anos ou mais – São Caetano do Sul



Fonte: Atlas Brasil (2013).

Em 1991, o percentual da população de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo era de 46,13%. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou para 61%. Em 2010, considerando-se a população municipal de 18 anos ou mais de idade, 1,76% eram analfabetos, 73,90% tinham o ensino fundamental completo, sendo que 60,61% possuíam o ensino médio completo e 31,19%, o superior completo. (ATLAS BRASIL, 2013)

A Secretaria Municipal de Educação (SEEDUC) de São Caetano do Sul, tem como principal objetivo assegurar a qualidade do ensino nas 58 unidades da rede municipal e consolidar o cumprimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. O Plano Municipal de Educação (PME) uma política abrangente em todas as esferas educacionais operantes no território do município, devendo todas as redes ali existentes ser representadas e participantes de seu processo de elaboração. O PME, que ora se analisa, foi elaborado para uma Rede Municipal de Ensino referenciado regionalmente por sua qualidade, referência extensível também às escolas estaduais e privadas. Atualmente, sua rede municipal conta com 22 Escolas Municipais de Educação Infantil (EMEI); 16 Escolas Municipais Integradas de Educação Infantil (EMI), que oferecem acesso em período integral aos alunos; 17 Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), das quais seis são integradas (oferecem acesso em período integral), além de 3 Escolas Municipais de Ensino Fundamental e Médio Técnico (EMET). A Rede estadual ocupa-se de parte das matrículas públicas nas séries finais do Ensino Fundamental e da maioria das matrículas no Ensino Médio, sendo formada por 11 escolas, das quais 10 oferecem os níveis Fundamental e Médio e uma apenas o Médio. Três unidades oferecem Educação de Jovens e Adultos. Em complemento às redes municipal e estadual, instituições privadas de Ensino atuam no território, totalizando 23 escolas, das quais 5 são exclusivamente atuantes na Educação Infantil e dentre as 18 restantes, 6 ocupam-se também do Ensino Fundamental, anos iniciais e finais e 12 estendem seu escopo de ação ao Ensino Médio. A Prefeitura ainda oferece gratuitamente cursos na Escola Municipal de Idiomas e Escola de Informática, além de oficinas no Centro Digital. (PMSCS, 2018)

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento de políticas públicas requer um diagnóstico da situação sobre a qual se pretende atuar. A análise dos indicadores e a operacionalização das dimensões ao longo do tempo, preconiza a tomada de decisões posteriores.

Os achados da pesquisa referenciam o Índice de Desenvolvimento Humano como parâmetro aos gestores na elaboração de políticas públicas, permitindo que a sociedade civil organizada compreenda o território em que atuam e configura como uma ferramenta essencial ao setor privado para que tenham maior capacidade de monitoramento de seus investimentos.

A implementação das políticas públicas em busca da correção das deficiências observadas nos índices levou a uma melhoria progressiva dos mesmos nos levantamentos posteriores, repercutindo como um efeito causal.

O alto desempenho do município de São Caetano do Sul nas variáveis do IDHM em relação à média nacional e a seus pares regionais, permitiu que os gestores municipais formulassem periodicamente as estratégias de planejamento locais, oferecendo a possibilidade de potencializar a elevação dos resultados sob a premissa da efetividade da participação política e social para esse fim.

As dimensões do IDHM, pela sua sinteticidade, pode suprimir a análise de outras situações, especialmente quando as demandas de interesses são muito específicas ou, inversamente, quando as demandas são muito abrangentes e que requer análise de cognições complexas.

As variáveis do IDHM continuarão sendo uma ferramenta importante para definições dos conjuntos de ações prioritárias, permitindo que gradualmente as políticas, programas, outras iniciativas e resultados previstos sejam alcançados e monitorados pelos gestores públicos. O IDHM para além das médias é a nova proposta para as próximas versões. Dando continuidade ao esforço de disponibilizar indicadores socioeconômicos, O PNUD, IPEA e FJP apresentam um novo conjunto de informações em desagregação do índice de Desenvolvimento Humano Municipal e outros 170 dados socioeconômicos, por cor, sexo e situação de domicílio. Iniciativa que vai além da proposta atual: evidenciar as desigualdades desses fenômenos sociais.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F., SANO, H., & SYDOW, C. **Radiografia do associativismo territorial brasileiro: tendências, desafios e impactos sobre as regiões metropolitanas.** In F. Magalhães (Ed.), *Regiões metropolitanas no Brasil* (pp. 197-234). Washington: BID. 2010.

ABRUCIO, L.F. & SOARES, M.M., **Redes Federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC,** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001, Série Pesquisas, n.24.

ALESINA, A. & PEROTTI, R. *The political economy of growth: a critical survey of the recent literature. The World Bank Economic Review*, v. 8, n. 3, p. 351-371, 1994.

ALMEIDA, E. et al. **Relações e interações entre políticas educacionais e políticas de juventude na região do Grande ABC: Problematizando Hipóteses.** In: III Congresso Brasileiro de História da Educação, Curitiba – PR, 2004.

ATLAS BRASIL. **São Caetano do Sul.** Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/sao-caetano-do-sul_sp> Acesso em: 13 abr.2018 às 12:06:07.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição: República Federativa do Brasil:** Capítulo III da Educação, da Cultura e do Desporto. Seção I da educação. Art.205 a 206. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE).** Lei nº13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/pne.pdf>>. Acesso em 11 de ago. de 2018 às 10:21:55.

CAGED. **Cadastro geral de empregados e desempregados.** Ministério do Trabalho. Disponível em < <http://trabalho.gov.br/trabalhador-caged>> Acesso em: 03 de jun. 2018 às 22:41:33.

CARDOSO, C. F. S. de. **Agricultura, escravidão e capitalismo**, 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

CARLEY, M. **Indicadores sociais: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASSEL, G. *Money and foreign exchange after 1914*, Constable.1922

CASTRO, I. E. **O mito da necessidade**. Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

CAVALCANTE, L. R.; DE NEGRI, F. **Produtividade no Brasil: uma análise do período recente**. Repositório Ipea. 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=22095>. Acesso em: 17 jun. 2018 às 21:50:34.

COMDEC – CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **PMDE 2016/2025** – Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico de São Caetano do Sul. Envelhecimento da população. Pg. 100. 2016.

CONASS. **Guia de apoio à gestão estadual do SUS**. Disponível em http://www.conass.org.br/guiainformacao/notas_tecnicas/NT-IDHM.pdf. Acesso em: 17 de jun. 2018 às 22:45:23.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **10 Planos Municipais**. Vol 7. 2014. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ET%20Vol%207%20-%202010.%20Planos%20Municipais.pdf>>. Acesso em: 20 mai.2018 às 12:15:33.

CORRÊA, M. M.; OLIVA, E. de C. **O Grande ABC Paulista: Políticas Públicas e Perspectivas de Desenvolvimento de um Arranjo Produtivo do Plástico**. 2000.

DATAPÉDIA. **Gráfico distribuição de renda**. Disponível em: <<https://www.datapedia.info/public/cidade/1217/sp/sao-caetano-do-sul#renda-distribuicao>> Acesso em: 03 de jun. 2018 às 19:44:25.

DIÁRIO DO GRANDE ABC. **FaUSCS oferece curso de cuidador de idosos em São Caetano.** Publicado em 09/05/2014. Disponível em:<
<http://www.dgabc.com.br/Noticia/528010/fauscs-oferece-curso-de-cuidador-de-idosos-em-sao-caetano>> Acesso em: 03 de jun. 2018 às 17:37:18.

FOLHA DE S. PAULO. **São Caetano do Sul lidera ranking do IDH.** In: Retrato do País. 2002. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2812200203.htm>> Acesso em: 23 de jul. 2018 às 11:36:36.

FRANCO, S. R. K., **O construtivismo e educação**, Editora Mediação, 1995.

FREITAS, N. B. **Dinâmica territorial e populacional no semiárido brasileiro: índice de desenvolvimento humano (IDH) das áreas propensas à desertificação.** In: *12 do encuentro de geógrafos de América Latina*, 2009, Montevideo. *Caminhando en una América Latina en transformación*. Montevideu: Facultad de Ciências do Uruguay, 2009. v. 1. p. 387-389.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Apresentação institucional.** Disponível em <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/institucional>> Acesso em: 11 de ago. de 2018 às 16:41:02.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. 12. São Paulo: Atlas, 2009.

GODOY, A. S. **A pesquisa qualitativa e sua utilização em administração de empresas.** Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 4, p.65-71, jul./ago. 1995.

GUIMARÃES, J. R. S.; JANUZZI P. M. **Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades.** In: Anais do 14º Encontro Nacional de Estudos Populacionais; 2004; Caxambu, MG. Belo Horizonte: Associação Brasileira de Estudos Populacionais; 2004.

GUIMARÃES, S. P. **Por que São Caetano do Sul é a nº 1 do Brasil em IDH.** In: Revista Exame. Disponível em: < <https://exame.abril.com.br/brasil/por-que-sao-caetano-do-sul-e-a-no1-do-brasil-em-idh/>> Acesso em: 16 de jul. 2018, às 16:18:26.

HENRIQUE, M. A.; RICCI, F. **Políticas públicas de crescimento e desenvolvimento econômico.** In: Ciência e Ética: o paradigma do século XXI, 2009, São José dos Campos. IX EPG - Encontro Latino Americano de Pós-Graduação, 2009.

HOOK, G.; KEARNS, I. *Subregionalism and world order.* Basingstoke: Macmillan, 1999.

IBGE. **Produto Interno Bruto dos municípios 2010.** Contas Nacionais, número 39. 2012. Rio de Janeiro. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/pibmunic2010.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2018 às 22:58:13.

_____. **Institucional: O IBGE.** Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>> Acesso em: 11 de ago. de 2018 às 17:08:00.

IPEA – **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal** – Brasília, PNUD, Ipea, FJP, 2013. Disponível em: <http://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130729_AtlasPNUD_2013.pdf>. Acesso em: 06 de jun. 2018 às 22:09:06.

JACOBI, P. R. **Políticas sociais locais e os desafios da participação cidadina.** Ciência & Saúde Coletiva, v. 7, n. 3, p. 443-454, 2002.

JANUZZI, P. de M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas no Brasil.** Revista do Serviço Público. Brasília 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005

JORGE, M. A. et al. **Cálculo e implementação do IDGM** – Índice de desenvolvimento da gestão municipal: no município de Itabaiana/SE. Planejamento e Políticas Públicas, Brasília, n. 34, p. 9-34, jan./jun. 2010.

MERRIAM, S. B. *Qualitative research and case study applications in education.* São Francisco (CA): Jossey-Bass, 1998.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde: Genebra, 2015. Disponível em < <https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2015/10/OMS-ENVELHECIMENTO-2015-port.pdf>> Acesso em: 11 de ago. 2018 às 09:33:24.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Indicadores básicos para a saúde no Brasil: conceitos e aplicações** / Rede Interagencial de Informação para a Saúde - Ripsa. – 2. ed. – Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2008.

PMSCS - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL. **A cidade – São Caetano do Sul:** Prefeitura de São Caetano do Sul. 2018. < Disponível em <http://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/a-cidade.html>> Acesso em: 24 jan. 2018 às 15:45:15.

PNUD/IPEA/FJP/IBGE. **Atlas do desenvolvimento humano.** Brasília: PNUD / IPEA / FJP / IBGE. 1999. Disponível em < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal_pt.pdf > Acesso em: 11 abr.2018 às 10:28:36.

PNUD. **O IDHM do Brasil,** 2013. Disponível em <<http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/o-IDHM-do-brasil.html> > Acesso em: 12 abr.2018 às 11:11:56

_____. **A verdadeira riqueza das nações: Vias para o Desenvolvimento Humano.** Relatório de Desenvolvimento Humano 2010, 2010. <Disponível em http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf> Acesso em: 01 jun.2018 às 22:08:03.

PORTAL ABCdoABC. **São Caetano do Sul.** Disponível em: < <http://www.abcdoabc.com.br/sao-caetano/institucional>>. 2018. Acesso em: 15 de jul. 2018, às 15:17:08.

PORTER, M.E. *Location, clusters and company strategy*, USA, Clark, Gertler and Feldman, eds, Oxford University Press, 2000.

REVISTA DE BALANÇO. São Caetano: uma cidade para todos. **Educação de São Caetano recebe maior investimento da história** – n.5 – pg.26; pg. 47. dez/2010.

REVISTA DIREITOS E HUMANIDADES. **Plano diretor e gestão pública:** Algumas aproximações. Universidade Municipal de São Caetano do Sul - Ano XIII - n. 27 - jul./dez. 2014 – pg. 45. ISSN 2178-7093

REZENDE, D. A. **Planejamento de informações públicas municipais:** guia para planejar sistemas de informação, informática e governo eletrônico nas prefeituras e cidades. São Paulo: Atlas, 2005.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1999

SECCHI, L. **Políticas públicas:** conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning.,2014.

SCHWARTZMAN, S. **Educação e pobreza no Brasil.** Cadernos Adenauer (São Paulo), v. 2, p. 9-38, 2006.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade.** São Paulo: Companhia das letras, 2010.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico.** 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.304p.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 4. ed. Florianópolis, 2005.

SILVA, V. A. C. **Regionalismo:** o enfoque metodológico e a concepção histórica In: SILVA, Marcos (org.) República em migalhas: história local e regional. São Paulo: Marco Zero, 1990.

SPINK, P. K., TEIXEIRA, M. A. C., & CLEMENTE, R. **Governança, governo ou gestão:** o caminho das ações metropolitanas. Cadernos Metrópole, 2009.

TONELLA, C. **Poder local e políticas públicas:** um estudo exploratório sobre conselhos gestores. Cadernos Metrópole, n. 10 p. 103-139, 2003.

TORRES, H.G. *Social policies for the urban poor: the role of populations, information systems. Working Papers Series CST/LAC*, n.24, Mexico: UNFPA Country Support Team for Latin America & The Caribbean, 2002.

TÓTORA, S.; CHAIA, V. **Conselhos municipais**: descentralização, participação e limites institucionais. *Cadernos Metrópole*, p. 59-86, 2002.

VERGARA, S.C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8ed. São Paulo: Altas S.A., 2007.

VITTE, C. C. S. **Gestão do desenvolvimento econômico local**: algumas considerações. *Interações (UCDB)*, v. 08, p. 77-87, 2006.

XAVIER, M. et al. **O novo perfil econômico do grande ABC**. In: *Organizações em Contexto*, São Paulo, v.3, n.6, p.103-122, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Ranking IDHM Municípios 2010

IDHM 2010	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade 2010	IDHM Educação 2010
1*	São Caetano do Sul (SP)	0,862	0,891	0,887	0,811
2*	Águas de São Pedro (SP)	0,854	0,849	0,89	0,825
3*	Florianópolis (SC)	0,847	0,87	0,873	0,8
4*	Balneário Camboriú (SC)	0,845	0,854	0,894	0,789
4*	Vitória (ES)	0,845	0,876	0,855	0,805
6*	Santos (SP)	0,84	0,861	0,852	0,807
7*	Niterói (RJ)	0,837	0,887	0,854	0,773
8*	Joaçaba (SC)	0,827	0,823	0,891	0,771
9*	Brasília (DF)	0,824	0,863	0,873	0,742
10*	Curitiba (PR)	0,823	0,85	0,855	0,768
11*	Jundiá (SP)	0,822	0,834	0,866	0,768
12*	Valinhos (SP)	0,819	0,848	0,85	0,763
13*	Vinhedo (SP)	0,817	0,84	0,878	0,739
14*	Santo André (SP)	0,815	0,819	0,861	0,769
14*	Araraquara (SP)	0,815	0,788	0,877	0,782
16*	Santana de Parnaíba (SP)	0,814	0,876	0,849	0,725
17*	Nova Lima (MG)	0,813	0,864	0,885	0,704
18*	Ilha Solteira (SP)	0,812	0,786	0,871	0,782
19*	Americana (SP)	0,811	0,8	0,876	0,76
20*	Belo Horizonte (MG)	0,81	0,841	0,856	0,737
21*	São José (SC)	0,809	0,799	0,88	0,752
21*	Joinville (SC)	0,809	0,795	0,889	0,749
23*	Maringá (PR)	0,808	0,806	0,852	0,768
24*	São José dos Campos (SP)	0,807	0,804	0,855	0,764
25*	Blumenau (SC)	0,806	0,812	0,894	0,722
25*	Presidente Prudente (SP)	0,806	0,788	0,858	0,774
25*	Rio Fortuna (SC)	0,806	0,848	0,85	0,727
28*	São Paulo (SP)	0,805	0,843	0,855	0,725
28*	Assis (SP)	0,805	0,771	0,865	0,781
28*	Campinas (SP)	0,805	0,829	0,86	0,731
28*	São Bernardo do Campo (SP)	0,805	0,807	0,861	0,752
28*	Porto Alegre (RS)	0,805	0,867	0,857	0,702
28*	São Carlos (SP)	0,805	0,788	0,863	0,766
34*	Rio Claro (SP)	0,803	0,784	0,862	0,766
34*	Jaraguá do Sul (SC)	0,803	0,793	0,865	0,755
36*	Rio do Sul (SC)	0,802	0,793	0,894	0,727
37*	Bauri (SP)	0,801	0,8	0,854	0,752
37*	São Miguel do Oeste (SC)	0,801	0,787	0,884	0,739
37*	Pirassununga (SP)	0,801	0,789	0,884	0,736
40*	Concórdia (SC)	0,8	0,777	0,872	0,756
40*	Vila Velha (ES)	0,8	0,807	0,864	0,734
40*	Taubaté (SP)	0,8	0,778	0,883	0,746
40*	Ribeirão Preto (SP)	0,8	0,82	0,844	0,739
40*	Botucatu (SP)	0,8	0,79	0,869	0,746
45*	Goiânia (GO)	0,799	0,824	0,838	0,739
45*	Rio de Janeiro (RJ)	0,799	0,84	0,845	0,719
47*	Marília (SP)	0,798	0,768	0,854	0,776
47*	Sorocaba (SP)	0,798	0,792	0,843	0,762
47*	Guaratinguetá (SP)	0,798	0,764	0,886	0,751
50*	São João da Boa Vista (SP)	0,797	0,776	0,871	0,749
50*	São José do Rio Preto (SP)	0,797	0,801	0,846	0,748
50*	Fernandópolis (SP)	0,797	0,767	0,872	0,758

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010).

APÊNDICE B – Ranking IDHM Municípios 2010

IDHM 2010	Município	IDHM 2010	IDHM Renda 2010	IDHM Longevidade e 2010	IDHM Educação 2010
53 *	Itapema (SC)	0,796	0,788	0,881	0,727
53 *	Tubarão (SC)	0,796	0,788	0,866	0,74
53 *	Carlos Barbosa (RS)	0,796	0,835	0,835	0,724
56 *	Erusque (SC)	0,795	0,794	0,894	0,707
56 *	Iomerê (SC)	0,795	0,754	0,891	0,749
56 *	Paulínia (SP)	0,795	0,8	0,864	0,727
56 *	Treze Tilias (SC)	0,795	0,838	0,874	0,685
56 *	Itajaí (SC)	0,795	0,778	0,884	0,73
61 *	Holambra (SP)	0,793	0,815	0,878	0,698
62 *	Quatro Pontes (PR)	0,791	0,79	0,838	0,748
62 *	Três Arroios (RS)	0,791	0,843	0,851	0,689
62 *	Nova Odessa (SP)	0,791	0,755	0,861	0,762
62 *	Ipiranga do Sul (RS)	0,791	0,818	0,866	0,698
62 *	Saltinho (SP)	0,791	0,771	0,857	0,75
67 *	Votuporanga (SP)	0,79	0,772	0,857	0,744
67 *	Santa Cruz da Conceição (SP)	0,79	0,83	0,876	0,679
67 *	Adamantina (SP)	0,79	0,772	0,852	0,75
67 *	Chapecó (SC)	0,79	0,779	0,871	0,727
71 *	Cândido Rodrigues (SP)	0,789	0,747	0,863	0,762
71 *	Uberlândia (MG)	0,789	0,776	0,885	0,716
71 *	Barretos (SP)	0,789	0,762	0,875	0,738
71 *	Luzerna (SC)	0,789	0,781	0,877	0,718
71 *	Lagoa dos Três Cantos (RS)	0,789	0,765	0,852	0,754
76 *	Araçatuba (SP)	0,788	0,782	0,841	0,744
76 *	Cruzeiro (SP)	0,788	0,742	0,871	0,758
76 *	Mairiporã (SP)	0,788	0,767	0,881	0,723
76 *	Barra Bonita (SP)	0,788	0,762	0,869	0,739
76 *	Criciúma (SC)	0,788	0,786	0,846	0,737
76 *	Indaiatuba (SP)	0,788	0,791	0,837	0,738
76 *	Caçapava (SP)	0,788	0,754	0,858	0,755
76 *	Fernando de Noronha (PE)	0,788	0,781	0,839	0,748
76 *	Palmas (TO)	0,788	0,789	0,827	0,749
85 *	Itajubá (MG)	0,787	0,767	0,884	0,718
85 *	Espírito Santo do Pinhal (SP)	0,787	0,784	0,872	0,712
87 *	Garibaldi (RS)	0,786	0,825	0,856	0,688
87 *	Pompéia (SP)	0,786	0,75	0,864	0,748
87 *	Porto União (SC)	0,786	0,752	0,891	0,724
87 *	Lins (SP)	0,786	0,762	0,869	0,733
87 *	Barueri (SP)	0,786	0,791	0,866	0,708
92 *	Piracicaba (SP)	0,785	0,797	0,848	0,717
92 *	Amparo (SP)	0,785	0,78	0,871	0,711
92 *	Nova Araçá (RS)	0,785	0,796	0,843	0,722
92 *	Cuiabá (MT)	0,785	0,8	0,834	0,726
92 *	Catanduva (SP)	0,785	0,767	0,853	0,74
92 *	Casca (RS)	0,785	0,778	0,847	0,733
92 *	Tremembé (SP)	0,785	0,769	0,873	0,72
92 *	Monte Aprazível (SP)	0,785	0,781	0,861	0,72
100 *	Santa Fé do Sul (SP)	0,784	0,763	0,84	0,751
100 *	Ribeirão Pires (SP)	0,784	0,749	0,847	0,76
100 *	Ivoti (RS)	0,784	0,78	0,848	0,729
100 *	Jaguariúna (SP)	0,784	0,782	0,862	0,715
100 *	Santa Maria (RS)	0,784	0,795	0,848	0,715
100 *	Salto Veloso (SC)	0,784	0,778	0,88	0,705
100 *	Arujá (SP)	0,784	0,761	0,866	0,73
100 *	Timbó (SC)	0,784	0,807	0,856	0,697
100 *	Campo Grande (MS)	0,784	0,79	0,844	0,724
100 *	Mogi Mirim (SP)	0,784	0,767	0,879	0,715

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 (Com dados dos Censos 1991, 2000 e 2010).

ANEXOS

ANEXO A – Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980 - 2010

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							Posição no IDH		Taxa média anual de crescimento de IDH			Melhoria na posição do IDH*
	Valor							Alteração		(%)			
	1980	1990	1995	2000	2005	2009	2010	2005–2010	2009–2010	1980–2010	1990–2010	2000–2010	1980–2010
DESENVOLVIMENTO HUMANO MUITO ELEVADO													
1	0,788	0,838	0,869	0,906	0,932	0,937	0,938	0	0	0,58	0,56	0,34	34
2	0,791	0,819	0,887	0,914	0,925	0,935	0,937	0	0	0,57	0,67	0,25	35
3	0,786	0,813	0,846	0,865	0,896	0,904	0,907	0	0	0,48	0,55	0,47	47
4	0,810	0,857	0,873	0,893	0,895	0,899	0,902	0	0	0,36	0,25	0,10	65
5	0,720	0,768	0,799	0,855	0,886	0,894	0,895	0	0	0,72	0,76	0,45	26
6	--	--	--	--	0,875	0,889	0,891	5	0	--	--	--	--
7	0,779	0,822	0,853	0,868	0,877	0,888	0,890	3	0	0,44	0,40	0,25	59
8	0,789	0,845	0,857	0,867	0,880	0,886	0,888	0	0	0,39	0,25	0,24	64
9	0,773	0,804	0,843	0,889	0,883	0,884	0,885	-3	0	0,45	0,48	-0,04	--
10	--	0,782	0,820	--	0,878	0,883	0,885	-1	0	--	0,62	--	61
11	0,768	0,814	0,837	0,855	0,873	0,881	0,884	1	0	0,47	0,41	0,33	56
12	0,616	0,725	0,776	0,815	0,851	0,872	0,877	8	0	1,18	0,95	0,74	11
13	0,800	0,824	0,836	0,859	0,870	0,872	0,874	0	0	0,30	0,30	0,18	76
14	0,711	0,766	0,807	0,834	0,856	0,869	0,872	5	2	0,68	0,65	0,45	37
15	0,748	0,788	0,809	0,842	0,861	0,871	0,872	0	-1	0,51	0,51	0,35	50
16	0,745	0,782	0,810	0,825	0,863	0,869	0,871	-2	-1	0,52	0,54	0,54	49
17	0,747	0,792	0,815	0,849	0,881	0,869	0,869	-10	0	0,50	0,46	0,23	55
18	0,743	0,797	0,840	0,863	0,858	0,865	0,867	-1	0	0,51	0,42	0,05	52
19	0,770	0,797	0,821	0,842	0,860	0,864	0,866	-3	0	0,39	0,41	0,27	69
20	0,680	0,729	0,789	0,828	0,848	0,861	0,863	1	0	0,79	0,84	0,42	24
21	0,693	0,774	0,797	0,800	0,842	0,857	0,862	2	0	0,73	0,53	0,75	31
22	0,707	0,753	0,761	0,784	0,839	0,853	0,855	3	0	0,63	0,64	0,86	43
23	0,703	0,764	0,795	0,825	0,838	0,851	0,854	4	0	0,65	0,56	0,35	42
24	0,719	0,784	0,812	0,845	0,856	0,850	0,852	-6	0	0,57	0,42	0,08	48
25	0,727	0,777	0,801	0,826	0,841	0,849	0,851	-1	0	0,52	0,45	0,30	58
26	0,737	0,770	0,824	0,823	0,845	0,847	0,849	-4	0	0,47	0,49	0,31	63
27	--	--	--	--	0,826	0,841	0,846	1	0	--	--	--	--
28	--	--	0,774	0,801	0,838	0,841	0,841	-2	0	--	--	0,50	--
29	--	--	0,743	0,780	0,813	0,826	0,828	0	0	--	--	0,59	--
30	--	--	--	--	0,803	0,822	0,824	2	0	--	--	--	--
31	--	--	0,738	0,764	0,796	0,815	0,818	5	0	--	--	0,69	--
32	0,627	0,693	0,732	0,756	0,794	0,812	0,815	5	1	0,87	0,81	0,76	23
33	0,683	0,735	0,754	0,783	0,806	0,813	0,815	-3	-1	0,59	0,51	0,39	57
34	--	--	0,700	0,762	0,805	0,809	0,812	-3	0	--	--	0,63	--
35	0,662	0,723	0,766	0,768	0,793	0,809	0,810	4	0	0,67	0,57	0,54	44
36	0,689	0,692	0,723	0,767	0,798	0,803	0,805	-1	1	0,52	0,76	0,48	66
37	--	0,773	0,787	0,792	0,801	0,804	0,805	-5	-1	--	0,20	0,16	--
38	--	--	--	0,764	0,799	0,798	0,803	-5	0	--	--	0,49	--
39	0,615	0,694	0,738	0,765	0,793	0,798	0,801	-1	0	0,88	0,72	0,46	25
40	0,625	0,694	0,745	0,774	0,775	0,791	0,795	3	1	0,80	0,68	0,27	36
41	--	0,683	0,710	0,753	0,775	0,791	0,795	3	-1	--	0,76	0,54	--
42	--	--	--	--	0,775	0,787	0,788	-1	0	--	--	--	--
DESENVOLVIMENTO HUMANO ELEVADO													
43	--	--	--	--	0,776	0,783	0,784	-3	0	--	--	--	--
44	--	0,709	0,677	0,730	0,775	0,782	0,783	-2	0	--	0,50	0,71	--
45	0,607	0,675	0,707	0,734	0,762	0,779	0,783	2	0	0,85	0,74	0,65	30
46	0,656	0,682	0,709	0,734	0,749	0,772	0,775	4	0	0,56	0,64	0,55	70

Fonte: PNUD. Relatório de Desenvolvimento (2010).

ANEXO B – Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980 - 2010

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							Posição no IDH		Taxa média anual de crescimento de IDH (%)			Melhoria na posição do IDH	
	Valor							Alteração						
	1980	1990	1995	2000	2005	2009	2010	2005-2010	2009-2010	1980-2010	1990-2010	2000-2010		1980-2010
47	Kuwait	0,675	-	0,700	0,763	0,764	0,769	0,771	-2	0	0,44	-	0,10	80
48	Letônia	0,651	0,679	0,652	0,709	0,763	0,769	0,769	-2	0	0,55	0,63	0,81	71
49	Montenegro	-	-	-	-	0,755	0,768	0,769	-1	0	-	-	-	-
50	Romênia	-	0,688	0,674	0,690	0,733	0,764	0,767	1	1	-	0,54	1,06	-
51	Croácia	-	-	0,690	0,720	0,752	0,765	0,767	-2	-1	-	-	0,63	-
52	Uruguai	-	0,670	0,691	0,716	0,733	0,760	0,765	0	0	-	0,67	0,67	-
53	Jamahiria Árabe Líbia	-	-	-	-	0,726	0,749	0,755	3	1	-	-	-	-
54	Panamá	0,613	0,644	0,672	0,703	0,724	0,751	0,755	4	-1	0,69	0,79	0,70	54
55	Arábia Saudita	0,556	0,620	0,649	0,690	0,732	0,748	0,752	-2	0	1,01	0,96	0,85	21
56	México	0,581	0,635	0,660	0,698	0,727	0,745	0,750	-2	0	0,85	0,83	0,73	38
57	Malásia	0,541	0,616	0,659	0,691	0,726	0,739	0,744	-2	1	1,06	0,94	0,73	19
58	Bulgária	0,649	0,678	0,678	0,693	0,724	0,741	0,743	-1	-1	0,45	0,46	0,69	82
59	Trindade e Tobago	0,656	0,660	0,662	0,685	0,713	0,732	0,736	1	1	0,38	0,54	0,71	84
60	Sérvia	-	-	-	-	0,719	0,733	0,735	-1	-1	-	-	-	-
61	Belomisia	-	-	-	-	0,706	0,729	0,732	1	0	-	-	-	-
62	Costa Rica	0,599	0,639	0,668	0,684	0,708	0,723	0,725	-1	0	0,63	0,63	0,59	68
63	Peru	0,560	0,608	0,644	0,675	0,695	0,718	0,723	4	0	0,85	0,87	0,69	41
64	Albânia	-	0,647	0,633	0,670	0,700	0,716	0,719	-1	0	-	0,52	0,70	-
65	Federação Russa	-	0,692	0,644	0,662	0,693	0,714	0,719	3	0	-	0,19	0,82	-
66	Canadá	-	0,650	0,620	0,614	0,696	0,711	0,714	-1	0	-	0,47	1,51	-
67	Azerbaijão	-	-	0,563	0,597	0,655	0,710	0,713	16	0	-	-	1,77	-
68	Bósnia e Herzegovina	-	-	-	-	0,698	0,709	0,710	-4	0	-	-	-	-
69	Ucrânia	-	0,690	0,644	0,649	0,696	0,706	0,710	-3	0	-	0,14	0,89	-
70	Irão, República Islâmica do	-	0,536	0,576	0,619	0,660	0,697	0,702	10	2	-	1,35	1,27	-
71	Macedônia, Antiga República Jugoslava da	-	-	0,634	0,660	0,678	0,697	0,701	1	-1	-	-	0,61	-
72	Maurícia	0,525	0,602	0,631	0,657	0,685	0,697	0,701	-2	-1	0,96	0,76	0,64	28
73	Brasil	-	-	-	0,649	0,678	0,693	0,699	0	4	-	-	0,73	-
74	Geórgia	-	-	-	-	0,679	0,695	0,698	-3	0	-	-	-	-
75	Venezuela, República Bolivariana da	0,611	0,620	0,633	0,637	0,666	0,696	0,696	3	-2	0,44	0,58	0,90	85
76	Armênia	-	-	0,571	0,620	0,669	0,693	0,695	0	0	-	-	1,15	-
77	Equador	0,576	0,612	0,630	0,642	0,676	0,692	0,695	-2	1	0,62	0,64	0,79	72
78	Belize	-	-	-	-	0,690	0,694	0,694	-9	-3	-	-	-	-
79	Colômbia	0,537	0,579	0,612	0,637	0,658	0,685	0,689	2	1	0,83	0,87	0,79	46
80	Jamaica	0,589	0,620	0,648	0,665	0,676	0,686	0,688	-6	-1	0,52	0,52	0,35	83
81	Tunísia	0,436	0,526	0,568	0,613	0,650	0,677	0,683	5	0	1,49	1,30	1,07	7
82	Jordânia	0,509	0,564	0,595	0,621	0,652	0,677	0,681	2	0	0,97	0,94	0,92	32
83	Turquia	0,467	0,552	0,583	0,629	0,656	0,674	0,679	-1	1	1,24	1,03	0,76	14
84	Angêlia	0,443	0,537	0,564	0,602	0,651	0,671	0,677	1	1	1,42	1,16	1,18	9
85	Tonga	-	0,619	0,641	0,651	0,663	0,675	0,677	-6	-2	-	0,45	0,39	-

DESENVOLVIMENTO HUMANO MÉDIO

86	Fiji	0,551	0,612	0,636	0,651	0,667	0,667	0,669	-9	0	0,65	0,45	0,28	75
87	Turquemenistão	-	-	-	-	0,642	0,662	0,669	0	0	-	-	-	-
88	República Dominicana	-	0,560	0,591	0,624	0,638	0,660	0,663	0	0	-	0,85	0,61	-
89	China	0,368	0,460	0,518	0,567	0,616	0,655	0,663	8	0	1,96	1,83	1,57	2
90	El Salvador	0,456	0,511	0,562	0,606	0,635	0,655	0,659	0	0	1,23	1,27	0,85	16
91	Sri Lanka	0,513	0,558	0,584	-	0,635	0,653	0,658	0	0	0,83	0,82	-	51
92	Taiândia	0,483	0,546	0,581	0,600	0,631	0,648	0,654	1	0	1,01	0,90	0,86	29
93	Gabão	0,510	0,593	0,610	0,616	0,628	0,642	0,648	1	1	0,80	0,45	0,50	62
94	Suriname	-	-	-	-	0,636	0,643	0,646	-5	-1	-	-	-	-
95	Bolívia, Estado Plurinacional da	-	-	-	0,593	0,631	0,637	0,643	-3	0	-	-	0,80	-
96	Paraguai	0,528	0,557	0,580	0,593	0,619	0,634	0,640	0	1	0,64	0,69	0,75	79
97	Filipinas	0,523	0,552	0,569	0,597	0,619	0,635	0,638	-2	-1	0,66	0,72	0,67	78
98	Botswana	0,431	0,576	0,589	0,572	0,593	0,627	0,633	2	0	1,28	0,47	1,01	15
99	Moldávia, República da	-	0,616	0,547	0,552	0,606	0,620	0,623	0	0	-	0,06	1,21	-
100	Mongólia	-	0,520	0,502	0,539	0,588	0,616	0,622	2	0	-	0,90	1,43	-
101	Egito	0,393	0,484	0,523	0,566	0,587	0,614	0,620	2	0	1,52	1,23	0,90	8
102	Uzbequistão	-	-	-	-	0,588	0,612	0,617	-1	1	-	-	-	-
103	Micronésia, Estados Federados da	-	-	-	-	0,614	0,612	0,614	-5	-1	-	-	-	-
104	Guiana	0,500	0,472	0,522	0,552	0,585	0,605	0,611	1	0	0,67	1,29	1,02	81

Fonte: PNUD. Relatório de Desenvolvimento (2010).

ANEXO C – Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980 - 2010

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							Posição no IDH		Taxa média anual de crescimento de IDH			Melhoria na posição do IDH*	
	Valor							Alteração		%				
	1980	1990	1995	2000	2005	2009	2010	2005-2010	2009-2010	1980-2010	1990-2010	2000-2010	1980-2010	
105	Nômbia	-	0,553	0,582	0,568	0,577	0,603	0,606	2	0	-	0,46	0,64	..
106	Honduras	0,436	0,495	0,523	0,552	0,579	0,601	0,604	0	0	1,09	0,99	0,91	27
107	Maldivas	-	0,513	0,560	0,595	0,602	4	0	-	..	1,60	..
108	Indonésia	0,390	0,458	0,508	0,500	0,561	0,593	0,600	2	2	1,43	1,35	1,82	12
109	Quirguistão	-	0,577	0,515	0,590	0,572	0,594	0,598	0	-1	-	0,18	0,84	..
110	África do Sul	-	0,601	0,634	..	0,587	0,594	0,597	-6	-1	-	-0,03
111	República Árabe da Síria	0,470	0,519	0,546	..	0,576	0,586	0,589	-3	0	0,75	0,63	..	74
112	Tajiquistão	-	0,592	0,501	0,493	0,550	0,576	0,580	0	0	-	-0,10	1,61	..
113	Metname	-	0,407	0,457	0,505	0,540	0,566	0,572	1	0	-	1,70	1,24	..
114	Marrócos	0,351	0,421	0,450	0,491	0,536	0,562	0,567	1	0	1,59	1,49	1,44	5
115	Nicarágua	0,440	0,454	0,473	0,512	0,545	0,562	0,565	-2	0	0,84	1,10	1,00	67
116	Guatemala	0,408	0,451	0,479	0,514	0,533	0,556	0,560	0	0	1,05	1,08	0,85	39
117	Guiné Equatorial	-	0,477	0,510	0,536	0,538	1	0	-	..	1,21	..
118	Cabo Verde	-	0,500	0,519	0,531	0,534	-1	0	-	..	0,64	..
119	Índia	0,320	0,389	0,415	0,440	0,482	0,512	0,519	1	0	1,61	1,44	1,66	6
120	Timor-Leste	-	0,428	0,497	0,502	11	0	-
121	Suécia	-	0,511	0,523	0,490	0,474	0,492	0,498	0	0	-	-0,13	0,17	..
122	República Democrática Popular do Laos	-	0,354	0,388	0,425	0,460	0,490	0,497	4	1	-	1,69	1,56	..
123	Ilhas Salomão	-	0,459	0,483	0,492	0,494	-4	-1	-	..	0,73	..
124	Camboja	-	..	0,385	0,412	0,466	0,489	0,494	1	0	-	..	1,81	..
125	Paquistão	0,311	0,359	0,389	0,416	0,468	0,487	0,490	-2	0	1,52	1,55	1,64	10
126	Congo	0,462	0,499	0,469	0,458	0,470	0,483	0,489	-4	1	0,19	-0,10	0,65	90
127	São Tomé e Príncipe	-	0,466	0,485	0,488	-3	-1	-

DESENVOLVIMENTO HUMANO BAIXO

128	Quênia	0,404	0,437	0,435	0,424	0,443	0,464	0,470	-1	0	0,50	0,37	1,03	87
129	Bangladesh	0,259	0,313	0,350	0,390	0,432	0,463	0,469	1	0	1,99	2,03	1,86	3
130	Gana	0,363	0,399	0,421	0,431	0,443	0,463	0,467	-2	0	0,84	0,79	0,82	77
131	Comores	0,354	0,418	0,408	0,415	0,437	0,456	0,460	-2	0	0,87	0,48	1,02	73
132	Mianmar	-	0,406	0,444	0,451	6	0	-
133	Ímen	-	0,358	0,403	0,431	0,439	8	2	-	..	2,04	..
134	Benim	0,264	0,305	0,347	0,386	0,418	0,432	0,435	0	0	1,67	1,78	1,19	4
135	Madagáscar	-	0,399	0,420	0,436	0,435	-2	-2	-	..	0,86	..
136	Monténia	-	0,337	0,368	0,390	0,411	0,429	0,433	0	0	-	1,25	1,05	..
137	Papua-Nova Guiné	0,295	0,349	0,386	..	0,408	0,426	0,431	0	1	1,27	1,07	..	22
138	Nepal	0,210	0,316	0,344	0,375	0,400	0,423	0,428	5	2	2,37	1,52	1,34	1
139	Togo	0,347	0,361	0,374	0,399	0,414	0,425	0,428	-4	0	0,70	0,85	0,72	86
140	Comores	-	0,423	0,426	0,428	-8	-3	-
141	Lesoto	0,397	0,451	0,452	0,423	0,404	0,423	0,427	-1	0	0,24	-0,27	0,10	91
142	Nigéria	-	0,402	0,419	0,423	0	0	-
143	Uganda	-	0,281	0,312	0,350	0,380	0,416	0,422	4	0	-	2,03	1,87	..
144	Senegal	0,291	0,331	0,338	0,360	0,388	0,408	0,411	0	1	1,15	1,08	1,34	40
145	Haiti	-	0,406	0,410	0,404	-6	-1	-
146	Angola	-	0,349	0,376	0,399	0,403	2	1	-	..	1,45	..
147	Qibuti	-	0,382	0,399	0,402	-1	-1	-
148	Tanzânia, República Unida	-	0,329	0,330	0,332	0,370	0,392	0,398	1	1	-	0,95	1,81	..
149	Costa do Marfim	0,350	0,360	0,369	0,379	0,383	0,394	0,397	-4	-1	0,42	0,48	0,47	89
150	Zâmbia	0,382	0,423	0,371	0,345	0,360	0,387	0,395	1	0	0,11	-0,34	1,35	92
151	Gâmbia	-	..	0,312	0,343	0,362	0,385	0,390	-1	0	-	..	1,29	..
152	Ruanda	0,249	0,215	0,192	0,277	0,334	0,379	0,385	2	0	1,45	2,92	3,31	13
153	Malawi	0,258	0,289	0,344	0,344	0,336	0,376	0,385	0	0	1,33	1,44	1,13	20
154	Sudão	0,250	0,282	0,310	0,336	0,360	0,375	0,379	-2	0	1,39	1,47	1,19	18
155	Morganstão	-	0,307	0,342	0,349	1	0	-
156	Guiné	-	0,323	0,338	0,340	-1	0	-
157	Etiópia	-	0,250	0,287	0,324	0,328	3	0	-	..	2,73	..
158	Serra Leoa	0,229	0,230	0,226	0,236	0,292	0,313	0,317	1	0	1,09	1,62	2,95	53
159	República Centro-Africana	0,265	0,293	0,294	0,299	0,299	0,311	0,315	-1	0	0,58	0,37	0,52	88
160	Mali	0,165	0,187	0,212	0,245	0,279	0,305	0,309	2	0	2,10	2,53	2,34	60
161	Burkina Faso	-	0,285	0,303	0,305	0	0	-
162	Libéria	0,295	0,294	0,264	0,294	0,300	2	0	0,05	..	0,20	93

Fonte: PNUD. Relatório de Desenvolvimento (2010).

ANEXO D – Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1980 - 2010

Posição no IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)							Posição no IDH		Taxa média anual de crescimento de IDH			Melhoria na posição do IDH
	Valor							Alteração		%			
	1980	1990	1995	2000	2005	2009	2010	2005–2010	2009–2010	1980–2010	1990–2010	2000–2010	1980–2010
163 Chade	-	-	-	0,269	0,299	0,293	0,295	-6	0	-	-	0,90	-
164 Guiné-Bissau	-	-	-	-	0,278	0,286	0,289	-1	0	-	-	-	-
165 Moçambique	0,195	0,178	0,186	0,224	0,263	0,280	0,284	0	0	1,25	2,34	2,37	33
166 Burundi	0,181	0,236	0,216	0,223	0,239	0,276	0,282	1	0	1,47	0,87	2,33	17
167 Níger	0,166	0,180	0,192	0,212	0,241	0,258	0,261	-1	0	1,51	1,87	2,09	45
168 Congo, República Democrática do	0,267	0,261	0,226	0,201	0,223	0,233	0,239	0	0	-0,37	-0,44	1,75	94
169 Zâmbia	0,241	0,284	0,262	0,232	0,159	0,118	0,140	0	0	-1,81	-3,53	-5,05	95
Desenvolvidos													
OCDE	0,754	0,798	0,827	0,852	0,868	0,876	0,879	—	—	0,51	0,48	0,31	—
Não-OCDE	0,701	0,761	0,779	0,799	0,829	0,840	0,844	—	—	0,62	0,51	0,54	—
Em desenvolvimento													
Estados Árabes	0,396	0,470	0,505	0,525	0,562	0,583	0,588	—	—	1,32	1,12	1,14	—
Ásia Oriental e Pacífico	0,383	0,466	0,519	0,559	0,600	0,636	0,643	—	—	1,73	1,61	1,40	—
Europa e Ásia Central	0,503	0,660	0,628	0,648	0,679	0,698	0,702	—	—	1,11	0,31	0,80	—
América Latina e Caraíbas	0,573	0,614	0,640	0,660	0,681	0,699	0,704	—	—	0,68	0,68	0,64	—
Sul da Ásia	0,315	0,387	0,415	0,440	0,481	0,510	0,516	—	—	1,65	1,44	1,61	—
África Subsaariana	0,293	0,354	0,358	0,315	0,366	0,384	0,389	—	—	0,94	0,46	2,10	—
Desenvolvimento humano muito elevado	0,753	0,797	0,827	0,851	0,867	0,875	0,878	—	—	0,51	0,48	0,31	—
Desenvolvimento humano elevado	0,556	0,633	0,634	0,659	0,692	0,712	0,717	—	—	0,85	0,62	0,84	—
Desenvolvimento humano médio	0,361	0,440	0,480	0,510	0,555	0,586	0,592	—	—	1,65	1,49	1,49	—
Desenvolvimento humano baixo	0,271	0,310	0,324	0,332	0,366	0,388	0,393	—	—	1,24	1,19	1,68	—
Países menos desenvolvidos	0,251	0,292	0,311	0,325	0,357	0,382	0,386	—	—	1,44	1,40	1,72	—
Mundo	0,455	0,526	0,554	0,570	0,598	0,619	0,624	—	—	1,05	0,85	0,89	—

NOTAS

a Medido usando o desvio do ajuste (ver capítulo 2). Números mais baixos indicam uma melhoria mais rápida.

FONTES

Colunas 1–7: Calculado com base em dados do DAESNU (2009d), Barro e Lee (2010), Instituto de Estatística da UNESCO (2010a), Banco Mundial (2010g) e FMI (2010a).
Colunas 8–13: Calculado com base nos valores de Índice de Desenvolvimento Humano do ano em questão.

Fonte: PNUD. Relatório de Desenvolvimento (2010)

ANEXO E - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao PIB a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação – 2010.



Produto Interno Bruto dos Municípios 2010

Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

(continua)

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
São Paulo/SP	1º	443 600 102	11,77	11,77
Rio de Janeiro/RJ	2º	190 249 043	5,05	16,81
Brasília/DF	3º	149 906 319	3,98	20,79
Curitiba/PR	4º	53 106 497	1,41	22,20
Belo Horizonte/MG	5º	51 661 760	1,37	23,57
Manaus/AM	6º	48 598 153	1,29	24,86
Porto Alegre/RS	7º	43 038 100	1,14	26,00
Guarulhos/SP	8º	37 139 404	0,99	26,98
Fortaleza/CE	9º	37 106 309	0,98	27,97
Salvador/BA	10º	36 744 670	0,97	28,94
Campinas/SP	11º	36 688 629	0,97	29,92
Osasco/SP	12º	36 389 080	0,97	30,88
São Bernardo do Campo/SP	13º	35 578 586	0,94	31,82
Recife/PE	14º	30 032 003	0,80	32,62
Betim/MG	15º	28 297 360	0,75	33,37
Barueri/SP	16º	27 752 428	0,74	34,11
Santos/SP	17º	27 616 035	0,73	34,84
Duque de Caxias/RJ	18º	26 496 845	0,70	35,54
Campos dos Goytacazes/RJ	19º	25 313 179	0,67	36,21
Vitória/ES	20º	24 969 295	0,66	36,88
Goiânia/GO	21º	24 445 744	0,65	37,53
São José dos Campos/SP	22º	24 117 145	0,64	38,16
Jundiaí/SP	23º	20 124 600	0,53	38,70
Contagem/MG	24º	18 539 693	0,49	39,19
Joinville/SC	25º	18 473 990	0,49	39,68
Uberlândia/MG	26º	18 286 904	0,49	40,17
Belém/PA	27º	17 987 323	0,48	40,64
São Luís/MA	28º	17 915 048	0,48	41,12
Santo André/SP	29º	17 258 468	0,46	41,58
Ribeirão Preto/SP	30º	17 004 019	0,45	42,03
Canoas/RS	31º	16 547 966	0,44	42,47
Sorocaba/SP	32º	16 127 236	0,43	42,89
Parauapebas/PA	33º	15 918 216	0,42	43,32
Caxias do Sul/RS	34º	15 692 359	0,42	43,73
Itajaí/SC	35º	15 235 108	0,40	44,14
Campo Grande/MS	36º	13 875 046	0,37	44,50
São José dos Pinhais/PR	37º	13 690 888	0,36	44,87
Camaçari/BA	38º	13 379 554	0,35	45,22
Serra/ES	39º	12 703 017	0,34	45,56
Araucária/PR	40º	12 371 028	0,33	45,89
Maceió/AL	41º	12 114 090	0,32	46,21
Natal/RN	42º	11 997 401	0,32	46,53
Macaé/RJ	43º	11 267 976	0,30	46,83
Diadema/SP	44º	11 254 523	0,30	47,12
Niterói/RJ	45º	11 214 103	0,30	47,42
Cuiabá/MT	46º	11 051 628	0,29	47,71
São Caetano do Sul/SP	47º	11 009 306	0,29	48,01
Piracicaba/SP	48º	10 931 268	0,29	48,30
Teresina/PI	49º	10 539 378	0,28	48,58
São Gonçalo/RJ	50º	10 340 756	0,27	48,85

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios 2010. Contas Nacionais, número 39. 2012. Rio de Janeiro.

ANEXO F - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao PIB a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação – 2010.

Tabelas de resultados



Tabela 1 - Posição ocupada pelos 100 maiores municípios, em relação ao Produto Interno Bruto a preços correntes e participações percentuais relativa e acumulada, segundo os municípios e as respectivas Unidades da Federação - 2010

Municípios e respectivas Unidades da Federação	Posição ocupada pelos 100 maiores municípios	Produto Interno Bruto a preços correntes (1 000 R\$)	Participação percentual (%)	
			Relativa	Acumulada
Angra dos Reis/RJ	51º	10 176 448	0,27	49,12
Anápolis/GO	52º	10 059 557	0,27	49,39
Londrina/PR	53º	9 936 563	0,26	49,65
São Francisco do Conde/BA	54º	9 848 259	0,26	49,91
Florianópolis/SC	55º	9 806 534	0,26	50,17
João Pessoa/PB	56º	9 805 587	0,26	50,43
Taubaté/SP	57º	9 778 529	0,26	50,69
Nova Iguaçu/RJ	58º	9 496 660	0,25	50,94
Volta Redonda/RJ	59º	9 170 922	0,24	51,19
Ipojuca/PE	60º	9 095 145	0,24	51,43
São José do Rio Preto/SP	61º	8 981 999	0,24	51,67
Blumenau/SC	62º	8 950 141	0,24	51,90
Louveira/SP	63º	8 914 891	0,24	52,14
Mogi das Cruzes/SP	64º	8 810 329	0,23	52,37
Aracaju/SE	65º	8 751 494	0,23	52,61
Jaboatão dos Guararapes/PE	66º	8 359 552	0,22	52,83
Juiz de Fora/MG	67º	8 314 431	0,22	53,05
Maringá/PR	68º	8 263 628	0,22	53,27
Paulínia/SP	69º	8 114 787	0,22	53,48
Sumaré/SP	70º	7 848 044	0,21	53,69
Rio Grande/RS	71º	7 737 855	0,21	53,90
Porto Velho/RO	72º	7 522 929	0,20	54,10
Feira de Santana/BA	73º	7 433 139	0,20	54,29
Bauru/SP	74º	7 423 744	0,20	54,49
Ipatinga/MG	75º	7 391 669	0,20	54,69
Mauá/SP	76º	7 352 093	0,20	54,88
Paranaguá/PR	77º	7 200 842	0,19	55,07
Uberaba/MG	78º	7 155 214	0,19	55,26
Gravataí/RS	79º	7 081 795	0,19	55,45
Petrópolis/RJ	80º	7 063 116	0,19	55,64
Itabira/MG	81º	7 039 688	0,19	55,82
Vila Velha/ES	82º	6 978 690	0,19	56,01
Foz do Iguaçu/PR	83º	6 760 175	0,18	56,19
Vinhedo/SP	84º	6 715 431	0,18	56,37
Limeira/SP	85º	6 712 375	0,18	56,54
Americana/SP	86º	6 659 418	0,18	56,72
Cabo Frio/RJ	87º	6 551 707	0,17	56,89
Resende/RJ	88º	6 417 157	0,17	57,06
Hortolândia/SP	89º	6 226 404	0,17	57,23
Cotia/SP	90º	6 212 597	0,16	57,39
Cubatão/SP	91º	6 199 086	0,16	57,56
Rio das Ostras/RJ	92º	6 121 512	0,16	57,72
Ponta Grossa/PR	93º	5 925 947	0,16	57,88
Matão/SP	94º	5 860 252	0,16	58,03
Indaiatuba/SP	95º	5 834 590	0,15	58,19
Triunfo/RS	96º	5 777 746	0,15	58,34
Suzano/SP	97º	5 759 762	0,15	58,49
Sete Lagoas/MG	98º	5 733 894	0,15	58,65
Jacareí/SP	99º	5 661 582	0,15	58,80
Cajamar/SP	100º	5 501 593	0,15	58,94

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Nota: Dados sujeitos a revisão.

Fonte: IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios 2010. Contas Nacionais, número 39. 2012. Rio de Janeiro.

ANEXO G – Nota Técnica – Atlas Brasil

NOTA TÉCNICA

INDICADOR: ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – IDHM

Fonte desta nota técnica e do indicador:



Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e Fundação João Pinheiro: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/>. Acesso em dezembro de 2014.

Definição:

- Medida do grau de desenvolvimento humano de um país, estado ou município.

Interpretação

- Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter.
- O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano - IDHM, foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).
- A abordagem de desenvolvimento humano se popularizou com a criação e adoção do IDHM (centrado nas pessoas) como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto - PIB (que se limita ao crescimento econômico), hegemônico, à época, como medida de desenvolvimento.
- Reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: a oportunidade de se levar uma vida longa e saudável - saúde -, de ter acesso ao conhecimento - educação - e de poder desfrutar de um padrão de vida digno - renda.

Método de Cálculo:

- O IDHM é obtido pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice: **longevidade, educação e renda**.
 - A dimensão longevidade, no IDHM, é medida pela esperança de vida ao nascer, calculada por métodos indiretos, cuja metodologia está detalhada em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_longevidade
 - A dimensão Educação do IDHM é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem. A escolaridade da população adulta é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo. O fluxo escolar da população jovem é medido pela média aritmética (1) do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; (2) do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; (3) do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e (4) do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. Para mais detalhes, acesse: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_educacao
 - A dimensão Renda do IDHM considera a renda per capita da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado lugar, expressa em reais, em 1º de agosto de 2010. Corresponde à razão entre o somatório de todos os rendimentos de todos os indivíduos residentes no lugar de referência, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total desses indivíduos. Maior detalhamento da metodologia pode ser acessado em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/idhm_renda

Limitações:

- O IDHM não é suficiente para medir o nível de desenvolvimento humano de um território em sua totalidade. Oferece uma visão sintética sobre algumas das questões-chave do desenvolvimento

ANEXO H – Nota Técnica Atlas Brasil

humano no município: a saúde (condições para as pessoas viverem uma vida longa e saudável), a educação (acesso a conhecimento) e a renda (condições de manter um padrão de vida digno). Assim, como qualquer índice, o IDHM não é capaz de abarcar toda a realidade socioeconômica dos territórios, sendo, por isso, importante combiná-lo com outros dados, como trabalho, habitação e vulnerabilidade social, para uma visão mais holística e completa sobre as condições de vida neste território.

- Existem também outros aspectos importantes para o desenvolvimento humano que são difíceis de serem mensurados, como a participação social e o empoderamento. O desenvolvimento humano aborda todas essas capacidades do ser humano, mas ainda é um desafio criar índices que possam mensurar toda a sua complexidade.
- O IDHM não é capaz de captar progressos de curto prazo nos territórios. Indica tendências de longo prazo, mas não é capaz de captar transformações de curto prazo. Isso ocorre devido não somente ao seu vínculo com o Censo Demográfico (que o limita a uma atualização a cada dez anos), mas também pelo uso de variáveis de "estoque", como as de educação da população adulta e de saúde, isto é, indicadores que se movimentam muito lentamente e não captam o progresso e resultados das políticas no curto prazo. Dos indicadores que compõem o IDHM, a renda per capita é o que pode apresentar maior variabilidade a curto prazo, mas deve-se observar que, a partir de determinado nível, essa variabilidade é muito reduzida pela aplicação do logaritmo na construção do índice.
- Em relação à dimensão **longevidade**, a principal limitação decorre do fato de não serem conhecidos os padrões de mortalidade dos recortes espaciais que, para tanto, deveriam dispor de estatísticas vitais fidedignas. Essa lacuna foi preenchida, tanto no caso dos municípios como no caso das UDHS, adotando-se o padrão de mortalidade de seu estado, determinado pelas Tabelas de Sobrevivência, desenvolvidas pelo Cedeplar/UFMG, para cada uma das unidades federativas. Reconhece-se que esse é um pressuposto não trivial. As mesmas disparidades apontadas pelas tabelas de sobrevivência em termos estaduais devem ocorrer dentro de cada estado, pois as desigualdades inter-regionais existentes no país se reproduzem também no nível estadual.
- Quanto à dimensão **educação**, a medida se refere à população jovem. Não inclui toda a população em idade escolar e frequentando a escola, captando apenas determinados momentos da passagem da população jovem pelo sistema educacional. Além disso, no caso do indicador que envolve definição de série, "anos finais do fundamental", capta apenas o ensino regular. Também adota, por questões amostrais e estatísticas, faixas etárias ampliadas daquela faixa etária ideal: 12 anos nos anos finais do fundamental, 16 anos com ensino fundamental completo, e 19 anos com ensino médio completo. A medida da educação da população adulta limita a avaliação desta população àqueles que completaram o ensino fundamental, não incluindo aqueles que tiveram alguma passagem pelo sistema educacional sem completar ciclos. Também pressupõe como suficiente o ensino fundamental completo, quando já se considera como básico o ensino médio completo.
- A grande limitação da dimensão **renda** é não considerar a desigualdade de renda entre os habitantes da área de referência. Assim, um município, por exemplo, pode apresentar uma elevada renda per capita, mas, ao mesmo tempo, pode ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza.

Fonte: CONASS – Guia de apoio à gestão estadual do SUS (2014).